

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2026**

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, através da convocatória, datada de 19 de junho de 2026.-----

ABERTURA-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, Fernando Jorge Pereira Lobão, presidiu à sessão que teve início às 9h30, tendo Manuel Monteiro Afonso e Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca como primeiro e segundo secretários, respetivamente. -----

PRESENCAS-----

Fernando Jorge Pereira Lobão, **Presidente da Assembleia Municipal**, Ivo Manuel Gomes Paulo, em substituição de António Manuel Marques Luís, Manuel Monteiro Afonso, António Manuel Marques Martins, em substituição de Sofia Alexandra Correia Pereira, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Gonçalo Costa Almeida, Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, em substituição de Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Edgar André Almeida Fernandes, Sara Daniela Pereira Rodrigues, José Alexandre de Carvalho, Alita Maria de Jesus Carvalho, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, em substituição de Vasco Paulo Osório Seabra Paiva, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, em substituição de Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Hugo Alexandre Oliveira da Silva, Vítor Manuel Rodrigues Paulo, Marco Aurélio Fonseca Oliveira, em substituição de Teresa Maria Correia Pina Rodrigues, Sónia Maria dos Reis Conceição Exposto, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos e João Pedro Morais Pina Adrega, e os senhores Presidentes de Juntas e de Uniões de Freguesia: de Avões – Hugo Miguel Cardoso Rebelo, de Britiande – Germano Correia Ribeiro, de Cambres – Leandro Baiorte Pinto, de Ferreirim – Wilson Miguel Lima Teixeira, de Ferreiros de Avões – Augusto Manuel Pereira da Conceição, de Figueira - Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, de Lalim – Mário Filipe de Almeida Faustino, de Lamego – Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, da Penajóia – Cláudia Cristina de Almeida Gomes Azevedo, de Penude - Manuel Varanda Pinto Rodrigues, de Samodães – José Miguel Melo Pereira, de Sande - Tesoureiro da Junta – André do Carmo Teixeira, em substituição do Presidente Alexandre Francisco Morais, de Várzea de Abrunhais - Carlos Manuel Ferreira Rodrigues, de Vila Nova de Souto D'El Rei - Arcílio Jorge de Sousa Lamelas, da União das Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca-Sérgio Pedro da Rua Capela, da União das Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem - Bernardo Manuel Taveira Xavier e da União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões -João Paulo Alves Seixas.-----

AUSÊNCIAS-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** justificou as ausências dos seguintes membros: António Manuel Marques Luís, Sofia Alexandra Correia Pereira, Nuno Romeu

Cardoso Sequeira, Vasco Paulo Osório Seabra Paiva, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Teresa Maria Correia Pina Rodrigues, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Paulo Henrique Almeida Loureiro e Alexandre Francisco Morais Medeiros.-----

1-1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os efeitos legais, tendo-se verificado uma inscrição do senhor Fausto Magno, residente na Galvã – União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões.-----

Tomou a palavra o senhor **Fausto Magno** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Cumprimento todos os presentes que se encontram neste Salão e todas as pessoas que nos seguem através das redes sociais.-----

Não venho aqui fazer política partidária.-----

Venho falar com a autoridade de quem sempre viveu para a cultura equestre, e com a tristeza de ver o amadorismo instalar-se na minha cidade.-----

No passado dia de 3 de maio, Lamego voltou a festejar a arte equestre. Ao falarmos desta feira secular, é impossível não evocar a figura do meu tio Rufino Rilhado, foi o maior cavaleiro da nossa região e um homem de honra. É por este legado que o prémio de passo travado exige rigor e mérito. Por isso mesmo, exijo que este prémio seja um tributo à competência equestre, e não um mero instrumento de cortesia política ou honrarias de circunstância para agradar a este ou àquele.-----

Infelizmente, o orgulho que temos na nossa identidade chocou de frente com a profunda falta de profissionalismo da atual organização, onde fazem parte dois veterinários.-----

Como criador da terra, assisti a uma falha logística vergonhosa: fui proibido de colocar os meus cavalos nas boxes – as mesmas boxes que, por pura incapacidade de gestão de quem organizou, ficaram vazias, sem qualquer ocupação. Isto é um desrespeito para com quem ama esta cultura dá a cara pelo certame.-----

Mas o desperdício de espaço foi o menos grave. O que se passou na pista foi um atentado à segurança humana e animal. Os meus cavalos estiveram lá dentro, o meu neto esteve lá dentro a competir! Eu sei perfeitamente o que é preparar uma pista, e digo-vos realizar provas de passo travado num solo de relva sem qualquer preparação técnica, sem nivelamento e sem controlo de tração, não é um erro de cálculo; é negligência pura.-----

A relva sem o devido tratamento transforma-se numa pista de gelo traiçoeira. Destrói articulações e é um convite ao acidente. E o resultado esteve à vista de toda a gente: vimos cavaleiros projetados ao chão e cavalos a escorregar sem controlo, caíram cavalos, com quedas violentas na pista, isto para que a organização finalmente acordasse e fizesse alguma coisa sobre o estado do terreno!-----

Senhor Presidente da Câmara, o terreno não se prepara depois das provas começarem, muito menos à custa da integridade física das pessoas e dos animais. Pergunto-lhe diretamente: esperaram pelo quinto acidente para perceber o óbvio? Foi preciso ver cinco homens e cinco cavalos no chão para perceberem que a pista era uma armadilha? Se o

meu neto, ou qualquer outro jovem tivesse sofrido uma lesão fatal naquela relva, quem assumia a responsabilidade? O executivo vinha culpar o piso?-----

Se tem acontecido uma lesão grave ao meu neto, é provável que hoje a esta hora eu não estaria aqui.-----

Não basta montar bancadas e tirar fotografias para as redes sociais. É obrigatório garantir dignidade, segurança e bem-estar animal. Tratar os participantes com este desleixo é e será uma mancha na história de Lamego.-----

Eu sei que é possível fazer melhor. A tradição não pode servir de desculpa para a mediocridade. Como criador, amante de cavalos e como avô, exijo que a autarquia assuma as suas responsabilidades por este fiasco organizacional e que, no futuro, a competência se sobreponha à negligência antes que aconteça uma tragédia.-----

Esta não é apenas a minha voz. É a voz que se levanta pelos corredores, pelos participantes, pelos criadores e pelos animais que merecem respeito em Lamego”.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para prestar os seguintes esclarecimentos:-----

“O 3 de Maio é uma tradição importantíssima, é uma tradição que temos procurado manter, apesar de termos já no nosso concelho, um reduzido número de amantes de cavalos e de proprietários de cavalos.-----

O 3 de Maio era uma feira muito ligada à agricultura, a aquisição dos muares para os trabalhos agrícolas, situação que entretanto desapareceu, tendo hoje, naturalmente, o cavalo apenas um animal de recreio para montar, para fazer atração de charretes, essencialmente com fins lúdicos e recreativos.-----

Mas mesmo assim continua a ser a arte equestre, continua a ser um objetivo do Município preservar esta tradição. Trazendo-lhe, logicamente, outros elementos de atração que possam potenciar, junto da população o gosto pelos cavalos e por esta arte.-----

Por isso, procuramos sempre, que o 3 de Maio pudesse ser uma festa diversificada, com espetáculos equestres de outra natureza, mas mantendo sempre as corridas de passo travado e a feira do 3 de Maio como elementos fundamentais da tradição que queremos manter.-----

Relativamente às condições em que as corridas do 3 de Maio se realizam, as corridas do 3 de Maio já foram realizadas em múltiplos sítios. Assim como todas as corridas de passo travado, que acontecem um pouco pelo norte do país, são realizadas em condições muito diversas. Todos sabemos, já vimos fotografias antigas dos cavalos a correr na parada do cemitério de Santa Cruz e a dar a volta junto a bidão metálico. Já vimos por esse norte fora, cavalos a correr em todo o tipo de pisos, incluindo alcatrão e paralelos. Eu próprio já assisti também a acidentes, por força na inadequação do piso em que as corridas se processam. Procuramos, sempre que no 3 de Maio possa melhorar a pista, quer na dimensão, na forma de percurso e, também no tipo de piso.-----

Nesta edição, em 2026, a pista foi vistoriada por especialista, por pessoas que provavelmente o cidadão que aqui veio intervir, não reconhece competência que só ele a

tem, mas a verdade é que foram as pessoas que consideramos competentes para fazer a análise da pista e confirmar que a pista tinha condições para se realizar a corrida. No decurso da corrida verificou-se efetivamente num determinado local, e apenas num determinado local da pista havia irregularidades que prejudicaram a evolução da corrida sobre tudo quando havia uma velocidade maior. Os cavaleiros que tinham precaução naquele local da pista mais estreita passavam, quem entrasse na curva com um pouco mais de velocidade já não conseguiam sair bem, e essa situação foi corrigida depois de vários percalços e as corridas prosseguiram e terminaram com todo o sucesso. Sendo atribuídos os prémios que estavam definidos e atribuído também o prémio Rufino Rilhado a uma pessoa que tem cavalo e que por tradição participa também há muitos anos na organização do 3 de maio.-----

Procuramos sempre que o prémio Rufino Rilhado reconhecesse todos aqueles, não apenas aqueles que são grandes cavaleiros e têm cavalos, mas que contribuam para que esta tradição do 3 de Maio se mantenha em Lamego e esse é o nosso objetivo e estamos cientes de que o vamos conseguir. Naquele espaço, com aquelas condições melhoradas é perfeitamente possível continuar a fazer de Lamego uma terra onde se continue a viver as tradições equestres, especialmente o passo travado”.-----

Tomou a palavra o membro **José Alexandre** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Em primeiro lugar venho aqui homenagear e agradecer este prémio Rufino Rilhado porque eu tive a felicidade dele andar comigo ao colo e lembro-me perfeitamente, um senhor bem-posto, sempre com um bom carro, sempre limpo e na realidade como disse o senhor Fausto Magno, que está aqui hoje ser um mestre nesta arte provavelmente o deve a ele porque penso que ainda é familiar.-----

Em segundo lugar eu penso que o senhor Fausto Magno também deve ser acarinhado pelas gentes do conselho porque é o nosso embaixador, diria mesmo, o nosso CR7 na arte equina no concelho de Lamego.-----

Há uma coisa que não percebi e que o senhor Fausto Magno dizia, porque não lhe foram cedidas boxes, muito obrigado”.-----

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para esclarecer o seguinte:-----

“A distribuição das Boxes para o 3 de maio é feita aos cavaleiros para o passeio equestre e para os passeios de charrete e que vêm de fora do concelho. Quem está em Lamego tem obviamente as suas instalações próprias, razão pela qual não necessita das boxes para ter os seus cavalos e relativamente a quem participa nas corridas do 3 de maio, então aí seria até uma situação de diferenciação. Uns teriam de ter os seus cavalos nos atrelados ou camiões de transporte e outros teriam as boxes ali à beira e seria uma situação diferenciadora. É apenas por isso, alugamos o número de boxes previstas para os cavaleiros que vêm de fora e não para os cavaleiros da terra que já têm as suas instalações próprias”.-----

2-PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

2.1-ASSUNTO: INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

Interveio o membro **Sónia Exposto** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Começo por cumprimentar todos os presentes neste Salão.-----

Faço esta breve nota antes do início da sessão, uma vez que nos pontos do fim da Ordem de Trabalhos vai ser colocado á votação o assunto do recrutamento de cargos dirigentes de direção intermédia de 4.º grau e respetivos jús.-----

A Assembleia Municipal, na sua sessão de 19 de dezembro de 2025, aprovou o Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, reorganizando a estrutura orgânica com o intuito de promover uma adaptação às necessidades de cada Serviço.-----

No entanto, e no caso específico da Biblioteca Municipal e do Arquivo Histórico, apenas para dar um exemplo, pretende-se prosseguir e operacionalizar as orientações emanadas da Divisão de Cultura e Património, promovendo o seu desenvolvimento continuado.-----

A questão que a bancada do partido Socialista quer colocar, com este tema e apenas como mote inicial, é se os municípios têm consciência das atuais condições de funcionamento e serviço à população da Biblioteca Municipal e do Arquivo Histórico.-----

O espaço limitadíssimo do atual edifício da biblioteca obriga ao armazenamento de livros na cave do mesmo, de forma desorganizada e pelo chão. Também o espólio do arquivo histórico da biblioteca de Lamego está na cave do edifício, numa sala nada preparada para receber livros com vários séculos de existência (sem proteção de humidade nem condições de temperaturas adequadas).-----

O espólio do arquivo histórico da biblioteca alberga muitos livros que estão praticamente ao abandono. Tem até livros no formato in-2 (lê-se in dois) com vários séculos de existência significa que a folha de papel original foi dobrada apenas uma vez ao meio, são obras de grandes dimensões, mais de 35cm em altura, formato muito utilizado nos primeiros séculos da imprensa para bíblias, atlas ou documentos jurídicos e enciclopédicos importantes.-----

A coleção é relevante, mas não se encontra um catálogo disponível ao público, muito menos digitalizada para acesso online aos documentos.-----

Este acesso não pode ser descurado, pois preserva os documentos existentes a torna-os acessíveis à investigação histórica que, também poderá trazer à cidade de Lamego individualidades desta área. O número de visitantes e investigadores a consultar o espólio é residual, porque é difícilimo que investigadores que desconhecem o paradeiro dos documentos consigam encontrar o que precisam no arquivo da biblioteca... é como ter História parada; é um desserviço à ciência, à comunidade e à preservação do património.----

Relembro a quem nos ouve que na cerimónia pública de instalação e tomada de posse dos órgãos autárquicos do Município, no passado dia 1 de novembro de 2025, foi afirmado pelo senhor Presidente da Câmara que iria ser encetado um projeto de raiz para a nova Biblioteca. Para quando esse projeto senhor Presidente?-----

Lamego continua a aguardar”.-----

Tomou a palavra o membro **Gonçalo Almeida** para afirmar o seguinte:-----

“Cumprimento todas as pessoas que nos acompanham aqui e Via Online. -----

Antes de mais queria deixar claro que a Iniciativa Liberal revesse nas palavras do senhor Fausto Magno. Acho que fez bem vir à Assembleia explicar a sua situação.-----

Acho que explicou-a muito bem e espero que tenha ido com uma resposta que o esclareça.

Se não esclarecer, acho que deve pedir e interrogar-se mais sobre essa matéria. Mas hoje vou trazer aqui a esta Assembleia a voz de um bairro que muitas vezes é esquecido pelos executivos municipais, o Bairro da Ponte.-----

Foi criado e bem um parque de lazer junto ao rio, uma infra-estrutura que tinha todo o potencial para ser um local de convívio, de encontro e de orgulho para os moradores daquele bairro. Mas o parque não se faz apenas de cimento e relva. Faz-se de vida e de enquadramento ambiental.-----

E qual é a realidade que temos hoje? Em primeiro lugar, o estado do nosso rio. Fazer um parque de lazer junto a uma linha de água que continúa de forma recorrente a ser vítima de descargas de resíduos poluentes, é um verdadeiro atentado à saúde pública. E não falo de cor, senhores membros municipais. Tenho na minha posse fotografias, bem como um vídeo de uma semana atrás, que documenta de forma indesmentível o momento exato desta descarga. Se quiserem confirmar, posso mandar a todos os líderes dos grupos municipais. Este problema é antigo. Um problema crónico. E pergunto-me o que a Câmara está a fazer de forma efetiva e fiscalizadora para travar este atentado ambiental contínuo que envergonha a nossa cidade?-----

Em segundo lugar, denuncio a total incapacidade de se dinamizar o que está construído. Aquele parque tem um enorme potencial. Mas, infelizmente, não está a ser aproveitado. -----

O exemplo mais flagrante é o do bar ali instalado. Temos uma infra-estrutura pública paga com os impostos de todos, que está constantemente fechada e a degradar-se. Senhor Presidente, património fechado é dinheiro público desperdiçado.-----

A solução é simples e exige apenas vontade política e capacidade de gestão. A Câmara Municipal tem o dever de colocar aquele espaço a render e a servir a comunidade. Abra um procedimento transparente e concessione o bar a quem queira trabalhar, gerando emprego e dinamizando a nossa cidade.-----

Em alternativa, porque não criar um protocolo formal que entregue a exploração daquele espaço à Comissão de Festas do Bairro? Da mesma forma que o fazem pontualmente em eventos isolados, podiam garantir ali uma fonte de receita contínua para ajudar as festas do Bairro da Ponte, mantendo o parque vivo e vigiado por quem mais o acarinha, os próprios moradores. O que não é aceitável é a inércia. O Bairro da Ponte merece mais, merece o Rio Limpo, merece respeito e merece um parque que não seja apenas uma obra inaugurada, mas sim um espaço com verdadeira vida.-----

Tomou a palavra o membro **José Alexandre** para dizer o seguinte:-----

“Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e os seus Secretários. Senhor Presidente da Câmara e Vereadores. Senhores Membros da Assembleia e Senhores

Presidentes de Junta, lamecenses aqui presentes e os que nos seguem online e a todo staff de apoio a esta Assembleia.-----

Lamecenses, basta e é demais, hoje é também para todos vós esta missiva.-----

Quando a casa da democracia do concelho de Lamego, a exemplo do que se passou na última Assembleia se converte num local de ilegalidades e atropelos, basta e é demais.-----

Quando, Presidente e a sua Vereação omitem, numa Assembleia Municipal, nomeadamente, na penúltima. Que o Centro de Emprego saíria da cidade de Lamego, para o tornar oficial e público no dia seguinte.-----

Basta e é demais. Quando, os processos judiciais em curso, já incorporam valores de indemnizações, na ordem dos três milhões e seiscentos mil euros, podendo chegar aos dez milhões de euros, com todos os processos incluídos. Não será demais? Todos sabemos que até prova em contrário o arguido é inocente. Mas também não somos ingénuos, e pensar que o mesmo arguido, irá sempre ser inocente em todos os processos.-----

É de mais, quando, quase ao fim de um ano desta gestão, 25% do atual mandato, e quase vinte anos de gestão praticamente contínua, e constatar que nada foi feito, nem se vislumbra, para reter o talento dos filhos da terra, com empregos de qualidade.-----

Tal conduta, tão prolongada no tempo, só anuncia o suicídio do nosso concelho.-----

Repito, tal conduta tão prolongada no tempo, só anuncia o suicídio do nosso concelho. São duas décadas da vossa inteira responsabilidade. É demais.-----

Chega, de culpar os quatro anos da gestão do Partido Socialista, por tudo que V. Exas. não alcançaram, nem conseguiram nos vossos vinte anos de gestão. Ninguém acredita nisso. Basta de taxas de execução orçamentais insuficientes.-----

Valeria muito mais, menos, mas concreto, do que muito e virtual.-----

Basta e é demais, porque Lamego, em relação às cidades vizinhas, cada vez se distancia mais pela negativa, do que pelo desenvolvimento socioeconómico.-----

Não basta afirmar que não nos podemos comparar às capitais de distrito vizinhas. Dessa cassete política, já chega mesmo.-----

Não temos sequer, nos últimos vinte anos, um crescimento proporcional a nossa vizinha cidade de Tarouca.-----

São demais as instituições perdidas ao longo destes vinte anos. Uma série delas que nem vale a pena citá-las.-----

Basta de ver os outros crescer dez e Lamego um, basta de anestesiar, de mascarar o atraso, e tentar ocultar o imobilismo do desenvolvimento económico.-----

Basta de ocultar o crescimento débil do concelho e sem alternativas, a curto e médio prazo.-

É demais quando se vangloria da sua gestão senhor Presidente da Câmara, repito eficiente. Palavra múltiplas vezes por V. Exa. proferida.-----

Isso só se aceita por, provavelmente, o senhor Presidente ter dificuldade em dizer o D. de dado.-----

Eficiência, não! Deficiência, Senhor Presidente da Câmara.-----

Pois o ritmo de crescimento deste concelho em relação aos concelhos da zona sul do distrito de Viseu, por exemplo, faz lembrar o passo do caracol, comparado com o do leão.----
 Basta e é demais, diria, que até é pouco.-----
 Acrescentaria também Já.....Chega!-----
 Como é possível que, na posição de V. Exas. pareça não haver ninguém capaz.-----
 E, por outro lado, Presidente e vereadores da coligação, os paladinos da competência.-----
 Repito paladinos da competência.-----
 Não será demais?-----
 Relembro, são três vereadores da oposição, nas reuniões de câmara.-----
 Nesta assembleia, deputados do PS – Iniciativa Liberal e do Chega.-----
 Todos então, diria são artolas, no seu entender.-----
 Permita-me então dizer-lhe, senhor Presidente da Câmara, artolas! Não somos, certamente.-----
 Mas, de artolas, artistas políticos e políticos artistas, estão os portugueses já fartos. E para breve, a chegar o dia, em os eleitores vão dizer CHEGA!-----
 Que tenha conhecimento, nenhuma proposta relevante, nas reuniões de câmara, dos vereadores da oposição, até hoje foi aceite.-----
 E algumas, interessa até reconhecer, de grande valor e interesse socioeconómico, para o concelho.-----
 Nesta Assembleia, o mesmo resultado!-----
 Senhor Presidente, o senhor é um caso de estudo a nível nacional, no que respeita a rejeição, praticamente a 100%, de qualquer proposta oriunda da oposição.-----
 Permita-me, lembrar-lhe, que até um relógio parado, acerta na hora duas vezes ao dia.-----
 Mas aqui, para V. Exa., nós não acertamos uma sequer! Não será de mais? E agora até outubro? Vai continuar um Basta, de publicações, Insta grama e restantes redes sociais.-----
 Foram: festa da bôla, queijo e presunto, feiras e feirinhas disto e daquilo. E depois pináculo. Romaria da Senhora dos Remédios. Este ano até com concurso nas redes sociais, do advinha que vem aí! Cantar.-----
 Não faltará também o foguetório.-----
 Mas permitam-me lembrar em nome dos lamecenses, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, estas atividades e festas, maioritariamente, não são da vossa autoria, são herança cultural do município. É obrigação vossa, respeitá-las, mantê-las E.... Melhorá-las. E com o mínimo de esbanjamento, dos já de si fracos recursos económicos municipais. Foi ou não foi, também para isso, que pretenderam ser eleitos? E por tal, recebem os respetivos honorários, oriundos dos dinheiros dos impostos dos portugueses, e dos impostos municipais, que V. Exas., propuseram e fizeram aprovar, praticamente no máximo neste concelho.-----
 Postes nas redes sociais contínuas.... Até do alcatrão das ruas e acessos da cidade! Esses, só elucidam e lembram aos lamecenses, o estado em que a pavimentação básica da cidade chegou, e, imagine-se como se não bastasse! E chegasse! O Sporting Clube de

Lamego – Campeão, Face, Instagram e sei lá que mais, tudo serve para esta vereação se vangloriar de tal feito. Coitado do meu Sporting Clube de Lamego. Onde esta gestão de vinte anos te colocou.-----

Tu Sporting Clube de Lamego, que eras assíduo a competir na 3.ª Divisão, atual Campeonato de Portugal.-----

Frequentemente para a Taça de Portugal, enfrentavas equipas da 1ª Divisão Nacional. Relembro a título de exemplo, a época de 1995/96, Taça de Portugal – Sporting Clube de Lamego quase que eliminava o FC do Porto. Chuva torrencial, mais de quinze mil pessoas no Estádio dos Remédios.-----

Também, sempre foi um sério candidato a subir à 2ª Divisão. Competia com o Académico de Viseu, hoje na 1.ª Liga., Tondela, habitual também na 1.ª Liga, Marco, Trofense, entre outros.-----

Agora e sem menosprezo por todas as outras equipas: ganhas ao Piães, ao Alvite e ao Ceireiros. E assiste-se a este foguetório!-----

Para o Chega o futebol também é o espelho do desenvolvimento socioeconómico de uma região.-----

Para o Chega o Sporting Clube de Lamego nunca deveria chegar onde chegou.-----

Para o Chega o Sporting Clube de Lamego, que fique aqui, desde já, bem claro, sem ambiguidades, custe a quem custar, tem de ser fortemente apoiado. E custe o que custar, voltar no mínimo ao Campeonato de Portugal. A Autarquia é, em grande parte, responsável por este clube da cidade estar assim tão mal posicionado a nível nacional.-----

E por hoje, e porque os minutos passam. Chega... Mas não Basta, haveria ainda muito e muito mais para dizer. Mas não faltarão oportunidades para vir aqui novamente, e relembrar que Basta! É demais e Chega, Senhor Presidente".-----

*Interveio o membro **Marta Santos** para fazer a seguinte intervenção:*-----

"Começo por cumprimentar todos os presentes aqui neste salão, bem como todos que nos acompanham pelas redes sociais.-----

A confirmação da integração do Centro de Emprego de Lamego na estrutura de Vila Real representa mais uma perda deste executivo para o nosso concelho. Não estamos apenas a falar de uma alteração administrativa, falamos de perda de autonomia, de capacidade de decisão, de proximidade ao território e de um enfraquecimento da posição estratégica de Lamego na nossa região.-----

O Centro de Emprego de Lamego servia oito municípios, conhecendo a realidade económica, empresarial deste território. Hoje, essa capacidade de decisão deixa de estar em Lamego e passa para Vila Real, onde dificilmente se conhecerão com a mesma proximidade os desafios, as necessidades e as especificidades económicas e sociais do nosso concelho.-----

Não podendo esquecer o papel fundamental que o Centro de Emprego desempenha junto dos jovens. É muitas vezes o primeiro ponto de contacto de quem termina os estudos e procura integrar-se no mercado de trabalho, aceder a programas de estágios, formação

profissional ou medidas de incentivo ao emprego. Um serviço próximo que consegue orientar melhor os jovens e criar respostas ajustadas às suas necessidades. Afastar a decisão de Lamego é também afastar as oportunidades para quem queremos que seja o futuro do nosso concelho.-----

Perante esta decisão, importa colocar uma questão.-----

Como é possível que um executivo com afinidade política com o Governo tenha permitido que Lamego perdesse mais um serviço com relevância territorial? Onde esteve a capacidade de intervenção deste executivo? Onde esteve a defesa intransigente dos interesses dos lamecenses, quando chegou o momento de defender um serviço essencial para o nosso território, o resultado foi exatamente o contrário:-----

Lamego perdeu autonomia e passou a depender de uma direção sediada em Vila Real. Esta decisão tem consequências reais. Menor capacidade de resposta às empresas locais, menor proximidade aos desempregados, menor conhecimento das necessidades do território e menor capacidade para definir estratégias ajustadas à realidade da nossa região. Ao mesmo tempo que todos afirmamos querer atrair investimento, fixar empresas e criar condições para que os jovens escolham Lamego para viver e trabalhar, aceitamos a perda de estruturas fundamentais para o desenvolvimento económico e para as políticas de emprego.-----

É uma contradição um bocadinho difícil de compreender. Cada vez que Lamego perde um serviço, perde influência. Perde capacidade de decisão. Perde centralidade. E quando perde centralidade, perde oportunidades.-----

O Partido Socialista entende que um Presidente da Câmara deve ser, acima de tudo, o primeiro defensor do seu concelho, independentemente da cor política do Governo.-----

Quando estão em causa os interesses dos lamecenses, não pode haver conformismo.-----

Os lamecenses têm o direito de saber se o executivo fez tudo o que estava ao seu alcance para evitar esta decisão ou se, pelo contrário, aceitou que o Governo seguisse o caminho que já tinha definido.-----

Porque hoje já sabemos quem perdeu. Perdeu Lamego. Perderam os oito municípios que eram servidos pelo nosso Centro de Emprego.-----

Perderam os trabalhadores, as empresas, os jovens e todos aqueles que acreditam que o interior só terá futuro se continuar a defender e a dispor de serviços públicos próximos e com capacidade de decisão.-----

Mais uma vez com este executivo perderam, perderam todos os lamecenses”.-----

Usou da palavra o membro **José Manuel Correia** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Cumprimento todos os presentes nesta sala e caros lamecenses que nos seguem lá em casa, em mais esta sessão da Assembleia Municipal, o sítio certo, o local exato para podermos discutir todas estas questões. E são questões importantes que já aqui se referiram. -----

Não pretendo abordá-las todas, mas em relação às questões do membro José Alexandre, penso que os lamecenses não concordam com ele. Porque se concordassem com ele, não

tínhamos, e quando digo não tínhamos falo nesta coligação, há anos que ganhamos as eleições no Município. Portanto, há aqui qualquer coisa que não está certa.-----

Não podemos passar um atestado de incompetência aos lamecenses. Será que os lamecenses são todos assim tão incapazes de perceber o que se passa? Terão assim tanta falta de cultura? Serão assim tão iletrados? Que ao longo destes anos todos, que são sempre enganados? Não quero acreditar.-----

Há coisas para melhorar, estamos todos de acordo, mas esta teoria do caos, em fim, acho que já todos a conhecemos há muitos anos. Agora o membro José Alexandre também acrescenta, é fácil acrescentar sempre um pormenor ou outro, uma coisa ou outra estruturante. Falaremos de algumas obras que não se conseguem fazer até por questões alheias ao Município, Falaremos delas, se for preciso, mas daí à teoria do caos parece-me que falta um bocadinho, mais que os 4cm, do célebre reclame que andava por aí há alguns anos atrás.-----

Todos os lamecenses almejam uma cidade mais vibrante, cidade e município mais desenvolvidos, nisso estamos todos de acordo. Mas estes últimos anos, se olharmos para trás, temos a nossa quota-parte de desenvolvimento. Não se queira passar um atestado de incompetência, de ignorância aos lamecenses.-----

Em relação ao Centro de Emprego, este é um assunto sensível. Pois ninguém gosta de perder, nem gosta de perder capacidade de intervenção e ninguém gosta de perder aquilo que também é nosso e deixamos de ter, reconheço isto, todos nós reconhecemos isto. Acredito que em Lamego, não haja um lamecense satisfeito com esta baixa de categorização funcional do Centro de Emprego. Acho que estamos todos de acordo neste aspeto, mas também não podemos nem vale a pena exorcizar esta decisão, quando tem havido outras decisões, que também são más e que estão integradas num projeto nacional de desenvolvimento. -----

Não é só na área do Centro de Emprego, hoje em dia, nós temos um conjunto de serviços que são centralizados; a saúde, as finanças, a segurança social, a educação e também o Instituto de Emprego e Formação Profissional, têm o modelo nacional que requer reorganização interna, e que, claramente, levou a este modelo, de em termos de chefias e organização interna criarem a nível nacional um conjunto de pólos, é a chamada reorganização dos processos.-----

Claro que ninguém gosta de perder nada e nós também não gostamos de perder nada, mas o que é importante aqui e isto é que é importante, é percebemos se vamos continuar a ter um atendimento de qualidade, se a resposta é rápida, se há apoio efetivo ao emprego, se há ligações às empresas e se a presença efetiva existe no território, mais do que as pessoas que estão a dirigir. Os lamecenses querem saber disto, não querem saber quem é o diretor ou quem é a secretária.-----

Repito, o que nós queremos saber é se o Centro de Emprego continua a ter atendimento de qualidade, respostas rápidas, apoio ao emprego, ligação às empresas e presença efetiva no território. Continuamos a ter isto ou não? Perdemos ou não perdemos aqui? Vamos admitir

os dois cenários e vamos esperar, vamos ver. Agora é evidente que há mais território do que Lamego, temos que entender que há desígnios nacionais que impactam na reorganização dos serviços.-----

Dou o seguinte exemplo, fico-me apenas por este, a maior parte das pessoas da bancada do PS são relativamente novas, assim, alguém se lembra há uns anos atrás do encerramento do Hospital Distrital de Lamego? Aí sim, aí perdemos valências, aí sim, aí o PS que estava no Governo e que estava na Câmara, na altura. O que é que aconteceu? Os lamecenses lembram-se, encerraram o hospital velho, obrigaram-nos a integrar o Centro Hospitalar de Vila Real e fizeram-nos um hospital, que era o primeiro hospital do país sem camas. Perdemos as valências quase todas, ficamos com um hospital sem camas. Por mérito de um conjunto de pessoas do executivo, conseguiu-se reverter, e aqui sim, o papel do executivo foi fundamental. Porque hoje temos trinta camas no hospital deve-se a este executivo que as conseguiu reverter. Lembram-se disso? Posso distribuir os jornais da época. Sabem o que acontecia? Os membros da bancada do PS já não se lembram, era os próprios membros do PS que defendiam o modelo. Que achavam muito bem, que sim senhora, íamos a Vila Real para nos tratar porque era melhor. Há jornais escritos sobre isto, há responsáveis do PS à data e escreviam no jornal, opiniões a defender este modelo nacional de centralização, que se percebe, mas eram lamecenses a defender que ir para Vila Real era melhor, e não precisávamos de camas para nada.-----

Portanto, não venham cá com lições de moral, vamos esperar, pensem no que fizeram até hoje, pois há outras coisas que também encerraram, infelizmente.-----

Vamos esperar o que vai acontecer com o Centro de Emprego de Lamego, vamos ver qual são as respostas do Centro de Emprego. Já agora também podemos olhar para isto tudo como desígnio nacional”.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para responder às questões formuladas:

“Respondendo de uma maneira muito célere às questões aqui suscitadas sobre a Biblioteca Municipal, o partido Socialista tem sempre uma abordagem interessante aos assuntos, que é não resolver quando pode resolver, e depois reivindica aquilo que não conseguiu fazer. Nós só temos um problema com a Biblioteca Municipal, não temos uma biblioteca nova porque o partido Socialista, quando havia dinheiro abundante e todos os concelhos de norte a sul do país estavam a fazer bibliotecas novas ou adaptação de edifícios adequados à dimensão do concelho, de resto elas estão tipificadas por categorias, consoante a dimensão do concelho. O executivo socialista decidiu gastar duzentos e cinquenta mil euros mais iva num projeto para instalar a Biblioteca Municipal num edifício, o palacete Pinheiros de Aragão, que estava ocupado por uma instituição de natureza social – a APITIL e pelo GAT – Gabinete de Apoio Técnico da CCDR. Não acautelando reinstalar essas instituições. Ao GAT tratou-lhe da saúde facilmente, porque se extinguiu e colocou sobre as costas da câmara arranjar uma alternativa. A APITIL continua lá ainda hoje, se bem que, com a sua insolvência estão os utentes a cargo da Santa Casa da Misericórdia.-----

Tivesse o partido Socialista feito aquilo que lhe competia, ao fazer o projeto para uma nova biblioteca, arranjar espaço alternativo para instalar a APITIL e o GAT, hoje teríamos uma nova biblioteca. Não tendo decorrido esse procedimento como deveria ter sido feito ou seja com pés e cabeça, com princípio meio e fim, fico até a pensar que a ideia foi fazer o projeto, dizer aos lamecenses que ia haver uma nova biblioteca municipal no palacete dos Pinheiros de Aragão, mas nunca houve vontade efetiva do partido Socialista de a fazer.-----

Esgotada essa situação e uma vez que nós não conseguimos ainda libertar o espaço do Solar, para construir a biblioteca, nem hoje seria possível readaptar o projeto às atuais necessidades de uma biblioteca pública, decidimos lançar o processo para construir um novo edifício de raiz. Estamos a ponderar as localizações e iremos quando for oportuno, porque neste momento temos muitas obras em curso, temos muitos prazos para cumprir e muita dificuldade em fazê-lo, por força de toda a conjuntura que vive a indústria da construção em Portugal, quando tivermos condições, iremos apresentar aos lamecenses o local da nova biblioteca municipal e desenvolver o respetivo projeto.-----

Até lá, a biblioteca funciona, de facto, num espaço sem condições, a que se tem procurado dar resposta da maneira mais adequada. Contudo temos uma vantagem, é que ao contrário do que aqui foi dito, a biblioteca municipal tem leitores, tem atividades e iniciativas que durante o ano de 2025 receberam cerca de três mil pessoas. Isso deixa-nos tranquilos, porque não tendo as condições ideais, continuamos apesar de tudo ter atividade e ter por isso, também, a razão de podermos construir uma nova biblioteca municipal.-----

Relativamente à questão do Bairro da Ponte levantada pelo membro Gonçalo Almeida, não temos um problema recorrente de descargas no Bairro da Ponte, temos um problema de descargas pontuais no Bairro da Ponte, cuja origem nunca se conseguiu detetar nem sequer com a intervenção das autoridades policiais, nomeadamente a polícia judiciária.-----

Já fizemos todos os testes que eram possíveis, identificando os potenciais produtores dessas descargas que chegam ao Bairro da Ponte através da rede de águas pluviais, foram marcadas todas essas instalações com água colorida, para ver se ela aparecia no coletor de águas pluviais, nomeadamente todas as oficinas e instalações similares que existem naquela zona, e não conseguimos identificar a origem das descargas. É, possivelmente um utilizador, que tem uma fossa com bombagem e que ligou erradamente às águas pluviais, em vez de a ligar ao saneamento, e que agora com o receio de vir a ser punido, continua a fazer as descargas a coberto de algum secretismo, sem nós conseguirmos detetar a sua origem. Mas haverá um dia em que essa situação irá ser identificada e resolvida de uma forma definitiva. -----

Relativamente à utilização do Parque de Lazer, o Parque de Lazer tem tido abertura e manutenção, de resto a manutenção dos espaços verdes está a cargo da Junta de Freguesia de Lamego mediante um protocolo.-----

Tem sido cedido às associações do Bairro, neste momento está cedido à Comissão de Festas do Senhor dos Aflitos, e a partir do dia 4 de julho em que deixa de ter essa utilização,

passará a ser mantido e aberto pelo Município, através da nossa Unidade de Alojamento Catering e Cantinas Escolares. -----

Relativamente às questões suscitadas pelo membro José Alexandre, enfim, é uma pessoa de grande qualidade, sensatez e muita diplomacia, hoje fez aqui uma intervenção de parecia o seu. -----

Vou-lhe só responder a uma das questões que frisou e que tem a ver com o Sporting Clube de Lamego. Há dez meses atrás o Sporting Clube de Lamego não tinha direção, não tinha equipa, não tinha situação regularizada na Associação Futebol de Viseu, estava para encerrar as portas. Falei com dez a doze pessoas para ajudarem a resolver o problema da crise diretiva do Sporting Clube de Lamego. Acho que se encontrou a solução ideal, dado que os resultados da última época o provaram, culminando com a subida de divisão. Mas foi pena não me ter lembrado do membro José Alexandre, pelos vistos, tem vontade e paixão pelo Sporting Clube de Lamego, tem capacidade financeira para meter uma dezenas ou umas centenas de milhares de euros no clube, tinha sido uma excelente ideia, que pena não me ter lembrado na sua pessoa.-----

Quanto às demais considerações, feitas pelo membro José Alexandre, por favor, chega, chega.-----

Sobre as questões do Centro de Emprego que o membro Marta Santos aqui trouxe. O partido Socialista tem sempre, mais uma vez, uma posição quando está no poder e outra quando é oposição. Eu já estou tão cansado disso, estou tão cansado da hipocrisia, da demagogia e da ignorância, que já nem vou dizer que não concordo com esta reforma dos centros de emprego. Já não vou dizer, já vou dizer se calhar até é bom, porque as instalações são as mesmas, os funcionários são os mesmos, a área de intervenção do Centro de Emprego de Lamego continuam a ser os mesmos oito concelhos. As pessoas desempregadas, os empresários continuarão a ser recebidas, atendidos, apoiados e acompanhadas, exatamente, pelos mesmos técnicos. A decisão continuará a ser tomada pelo adjunto da direção como é hoje, porque o Centro de Emprego de Lamego já não tem diretor há muito tempo.-----

E Vila Real não terá nenhuma intervenção nisto, a não ser na área da formação onde já tinha. Se o centro de emprego servia para colocar os Presidentes da Comissão Política do partido Socialista os boys, os boys do partido Socialista na direção, como foram os casos da Dra. Marisa Isabel Moutela, do Dr. Manuel Ferreira, da Dra. Catarina Rocha, a Dra. Marta que é vereadora em Viseu, se era para isso que servia, não vale a pena termos diretor.-----

Se o partido Socialista quer discutir com seriedade, discutimos com seriedade, se quer discutir com hipocrisia, não aceito isso. -----

Quem fechou a maternidade foi o Governo do partido Socialista, quem extinguiu o nosso hospital e o integrou no Centro Hospitalar foi o partido Socialista, quem extinguiu os Gat's foi o partido Socialista, quem fechou a Casa da Cultura e mandou os funcionários para Viseu foi o partido Socialista e a Câmara Municipal foi, sempre, resolver o problema, foi sempre atrás do problema e recuperar.-----

No hospital fez-se as alterações que o membro José Manuel Correia aqui referiu, no GAT integramos os funcionários ou na Câmara ou na Delegação da Comunidade Intermunicipal, abrindo novos espaços, juntamente com a Associação de Municípios do Douro Sul, na Casa da Cultura fomos a Viseu buscar os funcionários e foi aberta a Loja Ponto Já, que na altura o projeto que o Governo tinha lançado. Nós andamos sempre a remediar os problemas que o partido Socialista criou a Lamego e ao país”.-----

Tomou a palavra o membro **José Alexandre** para dizer o seguinte:-----

“Não podia deixar passar em claro e tenho que responder ao senhor Presidente da Câmara e aos membros da coligação. Acho que fui mal-entendido pelo senhor Presidente da Câmara e pelos membros da coligação.-----

Quando nós falamos acerca do desenvolvimento de um concelho, a comparação é sempre inevitável, tem que haver comparações. E a Coligação compara sempre com os quatro anos do mandato do partido Socialista, a primeira comparação é que eu não consigo entender, como é que o partido Socialista, nesta altura, pode ser culpado de algo, quando a Coligação teve vinte anos para corrigir e eles estiveram quatro. Não vamos para essa comparação, é que me preocupa mais e é preciso ter visão, é, onde estávamos e onde estamos agora. Até porque há pessoas de 70 anos e tem que ser comparado onde estávamos e onde estamos agora.-----

Quando disse que era a teoria do caos, na realidade está muito perto disso, eu tenho razão porque se me comparar como antes com o que estamos agora e para onde caminhamos, com uma fixação de jovens reduzida a praticamente zero. O meu problema não é a fixação de pessoas, isso não é problema nenhum, o problema é que não há nenhum plano para os recuperar. -----

Quando o senhor Presidente da Câmara diz aqui que o partido Socialista fechou o Hospital de Lamego, estou muito à vontade para falar sobre isso, o membro José Manuel Correia também está, mas Lamego teve alguma responsabilidade em fechar o Hospital de Lamego? Pode ter sido o partido Socialista a nível central, mas nessa altura também fechou o Hospital de Chaves, o Hospital de Chaves era muito mais importante, tinha mais nascimentos. O problema é quando vêm dizer, desculpe que lhe diga, conseguiu reverter a situação das camas, mas só se conseguiu trinta camas, é muito pouco. E eu por mim deixo-vos aqui um alerta, fazia uma moção de censura ao ULS de Vila Real, porque eles não querem saber de nós. Mas tenho a certeza que daqui a dois anos, não é para o ano, quando vierem aqui inaugurar do centro de saúde, cá estará a ULS de Vila Real, eu não lhe dava nenhuma cadeira para se sentarem, eles não fizeram nada pelo centro de saúde nem vão fazer.-----

Para acabar, portanto, se nos compararmos com o que eramos há setenta anos com os dias de hoje, mas vamos a vinte anos, a vinte anos. Querem exemplos de vilas que são agora cidades, que nos ultrapassaram pela direita e pela esquerda: Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, (o plano industrial que eles têm), e nós onde ficamos? -----

Explico porque, portanto, eles desenvolveram-se e hoje são cidades, porque têm a parte industrial e esses sim, vão ter retenção de jovens. Porque aquilo que toda a gente quer e

quase ninguém consegue é a retenção de jovens, mas isto tem uma receita fácil, simples, só que é difícil de conseguir, isto vem com desenvolvimento, produtividade, crescimento, aonde é que está isso sempre associado? Às empresas de qualidade, sem isso não vão lá.

E a minha teoria do caos é esta, não é amanhã nem daqui a um ano, agora dizendo assim, daqui a vinte anos o concelho está encerrado. Ou nós arrepiamos dando mão ao desenvolvimento, produtividade, à parte industrial ou não teremos hipóteses.-----

Isto vem porque o plano de gestão do executivo municipal baseia-se, essencialmente nos dinheiros emprestados: PRR, Portugal 2030, mas pode vir o Portugal 40 e 50, assim não vão lá. É preciso muito mais, é preciso a produtividade, desenvolvimento, riqueza e só assim é que ficam cá os jovens. Sem os jovens não vamos a lado nenhum. E aí não é caos, é uma realidade, não é amanhã nem daqui a dez anos, é daqui a trinta, é para os vossos filhos.-----

Para terminar, relembro que os irmãos Coen em 2009, se não me engano, fizeram um filme "Este País não é para Velhos". Pois o senhor Presidente da Câmara conseguiu fazer, exatamente, ao contrário. Isto tem vinte anos, não foi o partido Socialista, o partido Socialista esteve quatro anos, e calma, vamos com calma, esteve na altura do Covid 19, as verdades são para dizer e eu estou aqui à vontade, porque posso dizer as verdades. -----

Não tenho grandes pretensões políticas, sou lamecense há setenta e três anos, conheço esta cidade. Até digo uma coisa em título de brincadeira, fala-se do mercado, todos conhecem o mercado. Alguém sabe onde eram os quartos de banho do Mercado Municipal? Era no piso de cima, ao fundo, uns quartos de banho péssimos.-----

Torno a dizer o senhor Presidente da Câmara o senhor fez exatamente o contrário, "Este País não é Para Velhos".-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para afirmar o seguinte:-----

"Só para chamar a atenção do membro do Chega, José Alexandre, que os critérios de desenvolvimento que utiliza são, provavelmente, um pouco estranhos. Quando fala determinadas vilas desenvolvidas porque têm indústria, olhe para a estatística demográfica, olhe para a pirâmide etária e veja se os jovens estão lá ou se os jovens não estão a viver na capital de distrito vizinha. Olhe para essa realidade. -----

O nosso desenvolvimento tem que se fazer de forma diferente, e quando fala dos fundos comunitários ou das responsabilidades do partido Socialista, quero-lhe lembrar que há infra-estruturas e equipamentos que tiveram um tempo para ser construídos. -----

Hoje, se pensar, o PRR previu duas megas zonas industriais para todo o norte do país, não quer uma zona industrial em cada um dos concelhos. Houve um tempo para fazer as infra-estruturas básicas, as estradas, os arruamentos, urbanizações e os loteamentos industriais. Esse tempo foi até aos finais dos anos noventa, quem as fez, fez, e depois cavalgou sobre elas, trabalhou sobre elas, com as empresas que vieram, que investiram, trouxeram pessoas, "know-how", fixaram quadros qualificados, ajudaram a desenvolver o tecido económico envolvente. Quem não as fez anda a correr atrás do prejuízo, é o que nós temos feito. Com pequenas infra-estruturas, que são difíceis de construir e rentabilizar. É muito

difícil captar empresas para os sítios onde elas já não estão, porque cada vez mais as empresas vivem de sinergias, de ligações com outras empresas que estão no mesmo local. E depois, as pessoas escolhem muito bem onde viver, as pessoas, os jovens que vêm trabalhar para determinadas empresas, industriais ou atividades do setor terciário numa cidade pequena, nem sempre escolhem essa cidade para viver e preferem fazer o movimento pendular diário. Nos exemplos aqui referidos olhe para a estatística e vai ver, se calhar, não estamos assim tão mal como diz”.-----

2.2.ASSUNTO:INFORMAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NOS DIVERSOS ÓRGÃOS.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para questionar os representantes da Assembleia nos diversos órgãos, se têm alguma informação a prestar, não havendo qualquer intervenção por parte dos mesmos.-----

2.3.-ASSUNTO:APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2026.-----

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 24 março de 2026, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude do texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Assembleia Municipal.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou que se encontravam presentes na sala trinta e sete membros na sala.-----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, com os votos favoráveis dos seguintes membros:

Do grupo municipal da coligação “Todos Juntos Por Lamego” Fernando Jorge Pereira Lobão, **Presidente da Assembleia Municipal**, Manuel Monteiro Afonso, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Edgar André Almeida Fernandes, Alita Maria de Jesus Carvalho, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, João Pedro Morais Pina Adrega, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Leandro Baiorte Pinto, Wilson Miguel Lima Teixeira, Augusto Manuel Pereira da Conceição, Teresa Maria Fernandes Cardoso, Mário Filipe de Almeida Faustino, André do Carmo Teixeira, Carlos Manuel Ferreira Rodrigues, Arcílio Jorge de Sousa Lamelas, Sérgio Pedro Rua Capela.-----

Do grupo municipal do partido Socialista, Vítor Manuel Rodrigues, Sónia Maria dos Reis Conceição Exposto, Paulo, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Sara Daniela Pereira Rodrigues, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina de Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Bernardo Manuel Taveira Xavier, João Paulo Alves Seixas.-----

Do grupo municipal do partido Iniciativa Liberal - Gonçalo Costa Almeida e Hugo Alexandre Oliveira da Silva.-----

E do Presidente da Junta de Freguesia de Samodães, José Miguel Melo Pereira.-----

Havendo seis não votos, dos seguintes membros Ivo Manuel Gomes Paulo, Sofia Isabel Graça da Rocha Rodrigues, Dora Maria Rodrigues da Fonseca Vicente, António José Marques Martins, Marco Aurélio Fonseca Oliveira e José Alexandre Carvalho.-----
Ausentes Carlos Manuel Almeida Loureiro e Paulo Henrique Almeida Loureiro.-----

3-PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

3.1.ASSUNTO:APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013 DE 12/09 E ARTIGOS 3º, N.º 1, ALÍNEA C) E 17º DO REGIMENTO.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar a informação acerca da atividade da Câmara e da situação financeira do Município:-----

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para dar mais informações sobre a informação escrita:-----

“A informação está escrita e ao dispor dos membros municipais, fico também disponível para qual esclarecimento adicional que seja necessário.-----

Por uma questão de podermos dar também aos lamecenses que nos acompanham pelas redes sociais e que possam depois assistir ao vídeo da Assembleia Municipal, irei referir alguns dos eventos que me parecem mais relevantes. -----

Desde logo um conjunto de reuniões com o senhor Secretário de Estado do Ambiente e a senhora Ministra do Ambiente, em representação da Associação Nacional de Municípios, por causa dos resíduos, que é um tema crítico, que temos na nossa região, concretamente no sistema que nós integramos, que é a Resinorte. Tendo em conta que já temos uma capacidade muito reduzida para continuar a depositar lixo em aterro. E por isso é necessário encontrar soluções, além de acelerar a separação e a recolha seletiva de resíduos, nós já temos a recolha de resíduos orgânicos, que é um aspeto muitíssimo importante, porque esses resíduos podem ser valorizados, e portanto, não ser depositados em aterro. -----

Precisamos de uma nova estrutura que, possa valorizar esses resíduos, do ponto de vista da produção energética. São investimentos muito grandes, estão a ser pensados de norte a sul do país. No nosso caso temos duas alternativas, recorrer à central de valorização da Lipor ou eventualmente a uma que venha a ser construída na zona centro e a zona que está indicada é o Planalto Beirão. Até temos como todos sabemos o aterro de Vila Real que está cheio, está numa localização péssima à face da A24, temos o aterro de Bigorne, que tem também ainda capacidade disponível, mas de facto, cada vez menos.-----

Estamos sempre a fazer um esforço de promoção da recolha seletiva, porque se retirarmos os materiais que podem ser reutilizados ou reciclados, como por exemplo o vidro, o cartão, os plásticos e os materiais orgânicos, iremos reduzir muito significativamente a deposição em aterro, dar mais duração de vida útil ao nosso aterro sem necessidade de construção de uma célula. -----

Decorreu a 15.ª exposição canina, com mais de setecentos cães em exposição no nosso pavilhão Multiusos.-----

A comemoração do dia da Freguesia de Britiande, um evento que também já marca o nosso calendário anual de eventos.-----

A celebração da classificação do Alto Douro Vinhateiro, como Património da Humanidade, 25 anos. Vamos fazer um conjunto de celebrações promovidas pela CCDDR enquanto entidade gestora do bem classificado ao longo de todo o ano. Tendo, naturalmente, como ponto alto o dia 14 de dezembro, em que se celebra o 25.º Aniversário da classificação.-----

Temos o Super Verão, as atividades de tempos livres que o Município e um conjunto de associações levam a efeito, para as crianças que estão em período de férias e cujos pais estão a trabalhar. -----

Referir também as marchas e festividades de Santo António em Ferreirim.-----

E o Festival de Folclore de Penude. -----

A Feira Medieval, um evento também já com muita tradição na nossa cidade, com uma adesão muito grande, uma participação muito grande da população, eventualmente a necessitar ainda de um alargamento do espaço, para poder-se acolher todos aqueles que querem expor e vender os seus produtos ou simplesmente querem vir passear e usufruir do enquadramento cénico, o que é excelente, desde a Praça do Comércio ou do Jardim do Campo até ao Castelo, e de todas as atividades que são promovidas. -----

Referir também a receção ao Afonso Moreira, um jovem atleta lamecense, que mudou agora de clube, que está a fazer uma excelente carreira.-----

O Dia Mundial do Ambiente, que celebramos sempre, com a nossa Divisão de Sustentabilidade e Serviços Urbanos e o Parque Biológico.-----

O Campeonato de Clubes de Mini Golfe.-----

A celebração dos 50 anos do Poder Local, também no âmbito da Associação Nacional de Municípios.-----

O Entrudo de Lazarim, estamos a fazer por ordem regressiva, que foi inscrito na lista do inventário de Património Nacional Imaterial, estando a decorrer o processo de candidatura para a inscrição na lista do Património Imaterial da Humanidade. -----

O aniversário do Centro Cultural e Recreativo de Ferreirim.-----

O Penude Rever Fest.-----

A receção de uma comitiva de São Tomé e Príncipe e a celebração de um acordo de geminação com este país africano, com o distrito de Lobata.-----

O Seminário de Lançamento da Estratégia Norte 2040, estamos a preparar o novo quadro comunitário e antes de preparar o novo quadro comunitário, temos que preparar a estratégia desenvolvimento da região para podermos fazer o acerto dos fundos comunitários, que serão disponibilizados nos novos programas, que se vão chamar capítulos, e a nossa estratégia regional. Esta sessão decorreu em Santa Maria da Feira, com muitas centenas de pessoas ligadas a instituições e empresas da região. Tive oportunidade de fazer uma intervenção na abertura, enquanto Presidente do Conselho Regional do Norte. -----

A inauguração do espaço Alma Soalheira, na antiga Adega Cooperativa da Penajóia, o Enoturismo como um dos elementos fundamentais de desenvolvimento turístico da nossa região e do nosso Concelho

As reuniões mensais da Cim Douro. Da Resinorte. Da Associação Nacional de Municípios Portugueses cuja direção pertença.-----

O aniversário do JN, que teve uma sessão muito interessante, designada “Como Jornalismo ao Vivo” que decorreu no Teatro Ribeiro Conceição.-----

O Bombeirinho de Ferro, que junta sempre, quase, mil crianças num concurso, que tem como objetivo estimular o seu gosto pelos bombeiros, em termos de futuros voluntários ou bombeiros profissionais.-----

O aniversário da Liga dos Amigos do Hospital, uma associação que presta um apoio inexcelável aos doentes do nosso hospital ou a quem se dirige ali para ir para as consultas.

A receção oficial, já aqui se falou, do Sporting Clube de Lamego, fez uma época excelente. E está a trabalhar para ter estabilidade organizativa, situação financeira regularizada, e um projeto desportivo que nos orgulhe.-----

Algumas atividades em torno da defesa da floresta, das jornadas da água.-----

Da proteção de crianças e jovens.-----

A meia maratona do Douro, um grande evento, que atravessa o nosso concelho, em grande parte do seu percurso. -----

As obras do Campus da Vila, que é um dos Centros Cívicos a par de Valdigem, que está em curso e estamos agora a lançar o concurso de Lalim, Terras de Dom Pedro.-----

A Montra da Cereja.-----

A reunião com o senhor Ministro das Infra-estruturas sobre o IC26, o projeto do IC26 está neste momento a concurso. Esperamos que seja adjudicado rapidamente, que possamos ter um projeto para nos debruçarmos, e decorrente deste projeto termos, também, o estudo e análise da nova ligação de Lamego à A24, em seguimento pelo IC26.-----

Lamego “Cidade Poema”, um evento cultural muito importante que se realiza todos os anos na nossa cidade.-----

A Feira de Santa Cruz, que já nos referimos aqui.-----

A audiência com o senhor Presidente da Assembleia da República, a propósito da candidatura da procissão de Nossa Senhora Remédios a Património Imaterial da Humanidade.-----

A Feira Anual de Gado, em Pretarouca, o apoio essencial ao nosso setor primário, não apenas à viticultura, à fruticultura, mas também a pecuária.-----

As comemorações do 25 de Abril, nomeadamente com a sessão solene, que decorreu neste Salão Nobre, em que os membros municipais estiveram presentes, e que penso que foi uma sessão muito digna, que dignificou a democracia e o nosso concelho”.-----

3.2-ASSUNTO:APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO NA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO PARA INSTALAÇÃO DO 2.º POLO DA ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GERSTÃO DE LAMEGO, NO ÂMBITO DO CONTRATO DE COMODATO CELEBRADO COM O IPV-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação Câmara Municipal com o seguinte teor:-----

“I – ENQUADRAMENTO:-----

Considerando que:-----

1) O artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, prevê que os empréstimos a médio e longo prazo podem ser contraídos para aplicação em investimentos, para substituição de dívida nas condições previstas nos n.ºs 3 a 8, ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal;-----

2) Acrescenta o n.º 2 da mesma norma que os investimentos referidos no número anterior são identificados no respetivo contrato de empréstimo e, caso ultrapassem 10/prct. das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades, a discussão e a autorização prévia da assembleia municipal;-----

3) Os empréstimos têm um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam financiar, não podendo exceder a vida útil do respetivo investimento, nem ultrapassar os seguintes prazos:-----

a) 20 anos;-----

b) 50 anos, nos casos de empréstimos para construção de habitação ou intervenções de reabilitação urbana destinadas a arrendamento, bem como para recuperação do parque habitacional degradado da titularidade dos municípios; ou-----

c) 30 anos, em operações financiadas pelo Banco Europeu de Investimento (BEI);-----

4) Os empréstimos têm um prazo de utilização do capital máximo de dois anos, não podendo o início da amortização ser diferida para além desse período, salvo nos casos legalmente previstos;-----

5) As amortizações anuais previstas para cada empréstimo não podem ser inferiores a 80/prct. da amortização média de empréstimos, tal como definida no n.º 4 do artigo 40º;-----

6) A instrução das propostas de empréstimo, nos termos do artigo 49º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais “são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito.”-----

7) A dívida total do Município de Lamego, no final do quarto trimestre de 2025, era inferior a 2,25 a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.-----

8) A instrução das propostas de empréstimo, nos termos do artigo 49º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais “são obrigatoriamente acompanhadas

de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito".-----

Verificadas as condições referidas, incluindo autorização da Câmara Municipal para abertura de procedimento de consulta, procedeu-se ao envio de convite às instituições financeiras tendente à apresentação de propostas para o efeito e condições previstas no artigo 51º, n.º 3 do RFALEI.-----

O ofício-convite, estabelecia as seguintes condições concretas:-----

1. FINALIDADE-----

a) Financiamento, ao abrigo do artigo 51º n.º 1 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual do seguinte empréstimo:-----

i. EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO PARA INSTALAÇÃO DO 2.º POLO DA ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE LAMEGO, NO ÂMBITO DO CONTRATO DE COMODATO CELEBRADO COM O IPV -----

ii. – ABERTURA DE CRÉDITO ATÉ 2.600.000,00€;-----

2. AS PROPOSTAS DEVERÃO OBSERVAR AS SEGUINTE CONDIÇÕES-----

a) Montante máximo a contratar:-----

i. 2.600.000,00€;-----

ii. A utilização do crédito será efetuada, por uma ou mais vezes até ao limite global e no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados desde a data de emissão do visto do Tribunal de Contas;-----

iii. Os prazos serão contados da data de emissão do visto do Tribunal de Contas, sendo que o mesmo contrato só produzirá efeitos na data em que forem entregues ao Banco os documentos exigíveis;-----

b) Prazo: 20 anos;-----

c) Reembolso: em prestações mensais constantes;-----

d) Pagamento de Juros: mensais postecipado, sobre o capital utilizado, sem capitalização;---

e) Taxa de Juro: indexada à Euribor a 6 meses acrescida de "spread":-----

De forma a assegurar a comparabilidade das propostas, os proponentes deverão apresentar propostas que não imponham quaisquer limitações ao resultado da soma do spread ao indexante, pretendendo-se que o indexante não tenha floor zero, abatendo sempre ao spread até ao seu limite. Desta forma, caso o indexante seja negativo será esse o valor considerado para efeito do cálculo da taxa de juro com a salvaguarda que, caso o somatório do indexante com o spread seja negativo, a taxa de juro final será 0%;-----

f) Garantias: as legais, de acordo com o tipo de operação;-----

g) Cláusula particular: o mutuário poderá reembolsar antecipadamente o empréstimo, parcial ou integralmente, sem que daí advenha qualquer penalização ou comissão;-----

h) Propostas a apresentar deverão incluir os seguintes elementos: montante, taxas de juro, plano de amortização para o período global do contrato e estimativas anuais de juros.-----

As propostas deverão ser entregues em envelope opaco e fechado no seguinte endereço: Município de Lamego, Avenida Padre Alfredo Pinto Teixeira 5100-150 Lamego;-----

i) Amortizações anuais previstas: por força do disposto no n.º 5 do artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro não será admitida proposta com amortizações anuais previstas, em qualquer ano do contrato, inferiores a 80 % das amortizações médias, ou seja, 104.000,00€, assim obtidas:-----

(a) Capital	2.600.000,00 €	-----
(b) Prazo do contrato (anos)	20	-----
(c) Amortizações médias = (a) / (b)	130 000,00 €	N.º 4.º do art.º 40.º do RFALEI -----
(d) Limite inferior às amortizações anuais previstas (80% das Amort. Médias) = (c) x 80%	104 000,00 €	N.º 5 do art.º 51.º do RFALEI -----

j) Comissões: não será cobrada qualquer tipo de comissão ou encargos, nomeadamente de gestão, organização, montagem da operação, liquidação antecipada ou pela não utilização do empréstimo.-----

3. VARIANTES-----

Só serão admitidas propostas com variantes à condição i. Identificada em a) do ponto anterior.-----

9) OUTROS CONSIDERANDOS-----

O pedido de autorização à Assembleia Municipal para a contratação do empréstimo é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas, em pelo menos três instituições bancárias autorizadas por lei a conceder crédito, bem como o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município nos termos do n.º 5 do artigo 49º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro na sua atual redação.-----

Os contratos de empréstimo de médio e longo prazo, cujos efeitos da celebração se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, são objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções, conforme estipula o n.º 6 do artigo 49º da mesma Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.-----

Os contratos de empréstimo de médio e longo prazo estão sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas para que possam produzir os respetivos efeitos, nos termos da Lei n.º 98/97 de 26 de agosto – Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas.-----

Em sede de audiência prévia, e terminado o prazo, não houve nenhuma pronúncia.-----

Face ao acima exposto, e verificando-se que o Município de Lamego tem capacidade endividamento para o ano de 2026, capaz de acolher a contratação deste empréstimo até 2.600.000,00€, de forma a garantir a concretização deste investimento municipal.-----

Proponho:-----

- Que o relatório, as propostas recebidas, e a minuta do contrato, integralmente reproduzidas em anexo, sejam submetidas à Câmara Municipal para que esta delibere, nos termos da alínea ccc) do n.º 3 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de

setembro, submeter à Assembleia Municipal para aprovação, para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, do artigo 49º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea f) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da contração de empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na Empreitada de Requalificação do Mercado para instalação do 2.º Polo da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, no âmbito do contrato de comodato celebrado com o IPV, descritas na proposta de deliberação n.º 412/2026, nos termos do artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de setembro, na sua redação atual, até ao montante de 2.600.000,00€, junto do Montepio;-----

- Autorização para a assunção de compromissos plurianuais nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conforme os planos de amortizações do Montepio, em anexo, que cumprem o disposto nos no 4º do artigo 40º do RFALEI e n.º 5 do artigo 51º do RFALEI;-----

- Autorização do Presidente da Câmara para outorgar o respetivo contrato com o Montepio;

- Remeter o respetivo contrato e anexos, para fiscalização prévia do Tribunal de Contas nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 46º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.”-----

Usou da palavra o membro **Sara Rodrigues** para fazer a seguinte intervenção:

“Começo por cumprimentar todos os presentes neste salão nobre, bem como todos os lamecenses que nos seguem através das redes sociais.-----

Antes de entrar na discussão política deste ponto, quero fazer um ponto de ordem e colocar algumas questões à Mesa e em particular ao senhor Presidente da Assembleia Municipal.--- Este ponto tem como objetivo a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, para financiar uma empreitada a realizar no âmbito do contrato de comodato celebrado com o Instituto Politécnico de Viseu. Este contrato é referido na proposta, é referido como fundamento das obrigações financeiras assumidas pelo Município. É no fundo, o documento que explica porque é que o Município de Lamego se prepara para assumir um empréstimo, qual a nossa supressa, quanto percebemos que este contrato não consta da documentação anexa. -----

Só posso dizer que é no mínimo, incompreensível senhor Presidente da Assembleia, como é que esta Assembleia Municipal pode escrutinar seriamente este ponto, se conhecer o contrato que lhe está na base. Como é que podemos votar o empréstimo a vinte anos, sem conhecer as cláusulas do contrato de comodato, as obrigações de cada entidade, as condições de utilização, as responsabilidades financeiras, as garantias de reversão, e a participação concreta do IPV. -----

No regimento desta Assembleia Municipal, no seu artigo 6.º da secção 2, que se refere às competências da Mesa da Assembleia, no alínea i) dizer o seguinte “requerer à Câmara Municipal ou aos seus membros a documentação e informação que considere necessárias ao exercício das competências da Assembleia Municipal, assim como ao desempenho das suas funções”.-----

Portanto, senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, este documento foi solicitado ao executivo? Não foi decidido e é por isso que não está a ser apresentado ou a Mesa não considera o contrato de comodato pertinente para o escrutínio desta matéria? Se estamos a falar de um documento permanentemente invocado. Mas por opção da coligação PSD/CDS muito pouco escrutinado, isto é lamentável. -----

E por isso, para que fique muito claro em ata, esta Assembleia Municipal está a ser chamada para um empréstimo de vinte anos, sem ter acesso ao contrato de comodato, que fundamenta essa decisão. É grave, é politicamente inaceitável. E revela uma forma de governar que invoca documentos quando lhe convém, os esconde quando chega a hora do escrutínio. -----

Requeremos por isso, que o contrato de comodato celebrado entre o Município de Lamego e o Instituto Politécnico de Viseu, assim como todos os seus anexos, sejam já disponibilizados a todos os membros da Assembleia Municipal, antes de procedermos à votação. Ou então que este ponto seja adiado para uma futura Assembleia Municipal, dando a disponibilidade de serem disponibilizados, por sua vez avaliado e escrutinado pelos membros da Assembleia Municipal. -----

Se isso não acontecer, então que fique muito claro, esta Assembleia estará a votar de olhos fechados uma decisão financeira de milhões de euros, por opção do executivo, e com a complacência da Mesa da Assembleia.-----

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia** para afirmar o seguinte:-----

“A Mesa da Assembleia regista o ponto de ordem, perguntando ao mesmo tempo se o membro Sara Rodrigues iria entregar à Mesa da Assembleia o mesmo. No entanto vamos dar a oportunidade do ponto ser apresentado, pelo senhor Presidente da Câmara, consta da ordem de trabalhos e obviamente que o ponto de ordem ficará registado em ata.-----

Interveio o membro **Sara Rodrigues** para fazer o seguinte reparo:-----

“Peço desculpa senhor Presidente da Assembleia, com todo o respeito, a pergunta que a bancada do partido Socialista faz, no âmbito do ponto de ordem que foi feito, é claro, o ponto será adiado ou então a votação será feita sem a apresentação do contrato de comodato. Como é que nós podemos fazer a discussão do ponto e a apresentação dele, se não o temos na nossa presença, para podermos avaliar. É uma pergunta específica. Vai ser apresentado o documento ou não? Vai ser discutido e votado este ponto ou não?”.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para responder ao membro Sara Rodrigues.-----

“A Mesa da Assembleia Municipal entende que a documentação foi disponibilizada o suficiente para ser analisado este ponto nesta Assembleia Municipal. Portanto, neste momento, vamos proceder à apresentação do ponto.-----

Interveio o membro **Sara Rodrigues** para responder ao senhor Presidente da Assembleia Municipal:-----

“Ok, fica então registado em ata que a Mesa considera que o contrato de comodato não é necessário para o escrutínio desta matéria”.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer o seguinte:-----

“ Não foi isso que a Mesa disse, a Mesa disse que íamos apresentar o ponto”.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este ponto:-----

“A Câmara submete à Assembleia Municipal a apreciação e votação de determinados pontos, é competência desta Assembleia decidir e deliberar sobre esses pontos, nos exatos termos em que são apresentados. Não compete a esta Assembleia alterar as propostas do executivo. -----

Quanto a votar ou não de olhos fechados, essa já é uma tradição do partido Socialista, portanto, não traz nada de novo.-----

Eu vou repetir aqui mais uma vez o histórico deste processo e o histórico é muito simples. A Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego precisa de crescer, e precisa de crescer sob pena de morrer. A nossa Escola de Tecnologia e Gestão de Lamego tem cursos interessantes, tem instalações sofríveis, precisa de um impulso para continuar a ter capacidade de captar alunos, de abrir novos cursos, de integrar a futura Universidade de Viseu, de ter um papel no desenvolvimento da região e na formação dos jovens, que queremos que estudem aqui e possam aqui fazer carreira profissional e fazer vida. -----

Esse impulso que nós pensamos para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, em articulação com a própria escola e com o IPV, foi a de criar condições para alojar os alunos que vêm de fora, e daí termos construído a residência de estudantes e criar novas condições para que a escola possa ter mais cursos e condições técnicas mais adequadas para receber os alunos.-----

E ainda uma componente que é muito importante, que é a componente social, construir também, uma cantina para os alunos da ESTGL.-----

Pensando nas localizações possíveis e verificando até outros espaços. Recordo aqui que a Câmara já teve umas instalações alugadas por cima do Centro de Emprego, que estiveram ao dispor da escola, que depois foram abandonadas quando se fez a obra de requalificação da ESTGL. -----

Avaliou-se diversas localizações e diversos espaços, nomeadamente de natureza privada para alugar. Não tendo encontrado uma solução, porque temos o piso 1 do Mercado Municipal, completamente, abandonado e devoluto há cerca de quinze anos, decidimos utilizar este espaço para construir um polo 2 da ESTGL.-----

Porque é que lhe chamamos polo 2? Primeiro porque é fora das instalações da ESTGL, mas é, suficientemente próximo para haver uma ligação direta, pedonal, para haver uma ligação informática, para haver uma articulação entre os dois espaços.-----

Segundo, porque tem uma área de quase dois mil metros quadrados, que vai permitir, praticamente, duplicar a área da ESTGL.-----

O que é que se vai fazer naquele espaço? Vão-se construir novas salas, novos laboratórios, um auditório, alguns gabinetes e salas de trabalho, de administração da escola e a cantina e refeitório que já referi. É um projeto excelente, na ligação mais adequada que podemos ter,

entre a ESTGL, o Mercado e a residência dos estudantes, trazendo vida, trazendo dinâmica, de preferência com mais alunos e com novos cursos à nossa escola e à nossa cidade.-----

Como é que este projeto foi desenvolvido? A Câmara Municipal desenvolveu o projeto, respondendo a um programa funcional definido pela ESTGL e em articulação com a ESTGL, o que aconteceu, foi que, quando abriu o aviso para as candidaturas ao Portugal 2030, o aviso era, exclusivamente, para instituições do ensino superior. Ou seja a Câmara tinha o espaço, a Câmara tinha o projeto, mas a Câmara não era elegível enquanto entidade candidatável aos fundos comunitários. E por isso a solução que encontramos foi muito simples. Foi em articulação com o IPV, fazemos um contrato de comodato, em que a Câmara cedia as instalações, cedia o projeto, e o IPV assumia a candidatura e execução da obra.-----

Mas restava um problema que era o do financiamento, a Câmara tinha-se proposto fazer as obras de adaptação do Mercado para a ESTGL e disponibilizar as instalações feitas e construídas ao Instituto Politécnico de Viseu. Uma vez que a Câmara não é elegível, não poderia beneficiar de fundos comunitários nessa medida, o que decidimos foi que seria o IPV a lançar o projeto de empreitada, fazer a candidatura, lançar e executar a obra e que a Câmara pagaria a contrapartida nacional.-----

Acontece que, as obras como todos sabemos estão muito caras, os preços da construção estão muito elevados e o valor de concurso excedeu aquilo que nós esperávamos. E os fundos comunitários foram apenas de quinhentos mil euros, muito pouco para a execução de uma obra desta dimensão.-----

Estamos em contacto com a CCDR, para podermos rever esta situação. E temos o compromisso da CCDR de que a candidatura será revista e reforçado o montante financeiro. Em tudo caso, nós esperamos que este montante possa chegar a um milhão e oitocentos mil euros, o que significa que ficará a faltar cerca de um milhão e trezentos mil euros, que será assumido pela Câmara.-----

Nós estamos, contudo, a propor um empréstimo de valor superior, e porque? Porque este reforço da candidatura a que me estou a referir ainda não está aprovado. E não estando aprovado, nós iremos propor a celebração de um contrato de empréstimo pelo valor global, e depois recorrer apenas à utilização do montante que necessitamos.-----

Porque é que a Câmara assume a responsabilidade financeira, por uma obra que é do Instituto Politécnico de Viseu, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, e portanto, do Estado? Pelo mesmo motivo, porque sempre assumiu custos e encargos na instalação e reinstalação dos serviços públicos que estão em Lamego. E também porque o investimento que nós fazemos, nomeadamente numa instalação, num equipamento que é propriedade do Município, serão sempre mais-valias que ficam na posse do Município, mesmo que, vamos supor, daqui a vinte anos, terminado o contrato de comodato e o empréstimo a escola deixa aquelas instalações, o Município continuará a ter instalações que foram reabilitadas, que estarão disponíveis para outras funções.-----

Por isso, este processo está feito, de forma, absolutamente, legal e transparente. Foi discutido na Câmara Municipal, onde tinha que ser e discutido em Assembleia Municipal, por diversas vezes, sempre que tinha que ser como acontece com a contração do empréstimo.

O problema do partido Socialista parece ser outro, o problema do partido Socialista é que não quer que a Escola Superior e Tecnologia e Gestão se reinstale, não quer que a escola cresça, penso que estamos num processo de quanto pior melhor. E quer conduzir, mais uma vez, a ESTGL ao desaparecimento, porque esse pode ser um risco real, para dizer “nós sempre dissemos, já se perdeu o Hospital, o GAT, a Casa da Cultura e agora também a ESTGL”. Não, não será, como nunca foi, porque culpa deste executivo, que uma instituição deixa de ter condições para estar em Lamego, para crescer, para prestar os serviços que tem que prestar à população em qualquer área de atividade. Mesmo quando estamos a usurpar, digamos assim, funções e responsabilidades que eram do Governo e não da autarquia.-----

Quanto ao Mercado Municipal, o Mercado Municipal continuará a funcionar no piso 0, no rés-do-chão, durante as obras iremos reinstalar parte dos comerciantes que ali trabalham, nomeadamente os que fazem as vendas ocasionais durante a semana e aos sábados, muitas dessas ocupações são sazonais, e as frutarias que ficando numa ala, que ficará inacessível terão que reposicionadas. Ou dentro do Mercado, temos algumas condições para isso ou exteriormente numa tenda que se vai montar para o efeito e em quiosques se for necessário, criando condições de conforto e funcionalidade, absolutamente, iguais às que temos hoje no Mercado.-----

Pensar num Mercado, como já ouvimos, que seja um pequeno Centro Comercial, onde se vão instalar pequenos bares, lojas de produtos regionais, uma florista, mas há uma perto, uma ourivesaria, mas também há, ou uma óptica, também há muitas, ou uma sapataria, também há na rua. Nós não vamos gastar dinheiro público para criar estruturas que vão fazer concorrência ao comércio que já temos instalado na cidade e que já por ele precisa muito de apoio e não de concorrência desleal. Basta descer aqui a Rua de Almacave e ver as lojas que estão devolutas que precisam de comerciantes e de investidores.-----

A última coisa de que precisam é que a Câmara se vá substituir aos privados e gastar milhões de euros de impostos municipais, para criar espaços, para instalar equipamentos e comércio, absolutamente, normal, igual àquele que está na rua e é esse que deve se apoiado.-----

Eu até admitia, que o partido Socialista trouxesse uma solução alternativa, de outro alcance, que era dizer assim “” bom se esta é a localização ideal para a ESTGL, então entreguem os dois pisos do Mercado Municipal à ESTGL e criem um novo Mercado noutra local, o Mercado do século XXI, com condições diferentes, com eventualmente, outras ofertas, um espaço mais visitável, um espaço se calhar promovesse a reabilitação de um local da cidade, que estivesse a necessitar de uma intervenção de requalificação, que fosse, igualmente, central. Se me dissessem assim, senhor Presidente dê o edifício todo à ESTGL e faça a expropriação do Centro Comercial Jumbo e do antigo cinema e instalem ali um

novo Mercado Municipal e um conjunto de espaços direcionados para o turismo, com estacionamento subterrâneo, não sobcarregando a zona comercial, que já tem carências de lugares de estacionamento, excluindo naturalmente o Largo da Feira”.

Essa poderia ser uma solução válida e viável para ser discutida, fosse na Câmara Municipal, fosse nesta Assembleia Municipal ou fosse numa reunião com os comerciantes da cidade para os ouvir. Porque eles também são parte deste processo e nós não podemos decidir, seja na Câmara Municipal, seja na Assembleia Municipal contra as pessoas e contra aquilo que eles entendem ser o mais adequado para a defesa das suas atividades.

Em conclusão, este projeto, é um projeto muito pensado, é um projeto que está consensualizado com a ESTGL e com o Instituto Politécnico de Viseu. É um processo, que do ponto de financeiro, espero que não venha a ter para o Município o encargo que está definido no limite máximo neste contrato de empréstimo que estamos a propor, e que venha a ser bastante atenuado pelo reforço de financiamento que a CCDR está a preparar. E que as novas salas, laboratórios, auditório sejam, de facto, um grande impulso para a ESTGL, com captação de novos alunos, com lançamento de novos cursos, e sobretudo, com a criação de uma nova vivência em torno desta zona central da cidade, que ajude toda a cidade, incluindo o comércio de rua e os comerciantes que estão no Mercado Municipal.

Este é o nosso objetivo e estamos disponíveis para em relação ao Mercado continuar a trabalhar, para que ele tenha melhores condições. Vamos procurar que resulte um Mercado Municipal mais ordenado, com melhores condições, nomeadamente, a nível de climatização, sobretudo, relativamente ao Inverno, que tenha melhor iluminação, tapando a ligação entre os dois pisos, iremos rever todos esses aspetos. Que desta obra resulte também para os comerciantes que trabalham no Mercado e para toda a população que visita aquele espaço, melhores condições de funcionamento e utilização.

E nesse sentido, senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu peço que este ponto seja discutido pela Assembleia Municipal e votado, dando seguimento àquilo que está acordado”.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para afirmar o seguinte:

“A Mesa entende que o objeto de deliberação, não é aprovar o contrato de comodato, é autorizar a contratação de um empréstimo. A documentação que foi disponibilizada centra-se, efetivamente, naquilo que é a informação das instituições de crédito e as questões financeiras.

Não obstante, a Mesa vai fazer um interregno de cinco minutos para avaliar a informação que tem, e de seguida já dá aqui uma posição sobre este ponto”

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** disse que:

“Questionados os serviços sobre esta questão, a Mesa tem aqui o contrato de comodato, estivemos a analisar e por isso pediu-se um tempo para analisar, efetivamente, a informação disponível, não obstante aquilo que eu tinha referido e volto a repetir, a Mesa não tem que estar aqui a decidir sobre os méritos dos pontos, mas sim, sobre as questões processuais. A Mesa entende que, realmente, o contrato de comodato não é uma documentação exigida para estar na discussão deste ponto, no entanto percebe que possa

suscitar algumas dúvidas, embora seja um contrato tornado público, este é um contrato que foi celebrado em março de 2025, no anterior mandato e foi levada à reunião de Câmara. Portanto, provavelmente está disponível nas atas tornadas públicas dessas reuniões, não obstante a Mesa vai pedir aos serviços que disponibilizem uma cópia a todos os grupos municipais representados na Assembleia Municipal e será enviada também em formato digital, À posteriori. De qualquer das formas, nós achamos que estamos em condições de discutir o ponto e levar o mesmo a votação e também, obviamente de registar em ata a tomada de posição da bancada Socialista e o ponto de ordem à Mesa.-----

Nesse sentido o ponto foi apresentado pelo senhor Presidente da Câmara, e portanto, está aberto à discussão, queiram os membros inscrever-se e que desejem usar da palavra”.-----

Tomou a palavra o membro **José Alexandre** para afirmar o seguinte:-----

“Como vocês sabem sou membro do CHEGA, mas aqui sou muito mais lamecense, porque o Concelho é de Lamego, o CHEGA é a nível nacional. Portanto, vocês sabem perfeitamente, que todos aqui, chamo a atenção em especial aos membros do Partido Socialista, que o Concelho tem dois problemas estruturais muito, muito graves, que é o envelhecimento e o problema das camadas jovens na formação e na sua fixação. Estes são os dois problemas estruturais que impedem que Lamego avance de futuro e que se não avançar o Concelho de Lamego vai passar mal.-----

Então sendo assim, investir num dos problemas estruturais importantíssimo para Lamego, que é na fixação dos jovens e na formação dos jovens, tudo tem que ser apoiado. Eu não vejo outra maneira como lamecense, não poder desapoiar isto.-----

Portanto, a única coisa que poderá ser discutida é o local, o local não é o ideal, mas também o ideal quase nunca aparece. Mas não é mau, não é mau porque o sítio a nível do desenvolvimento do Concelho e da cidade em si, pois passo naquela rua de Almacave e deito as mãos à cabeça. O que isto era e como isto está. E de certeza absoluta, com esta obra, quanto mais rápido melhor, aquilo vai mudar um bocadinho, se mudasse tudo era bom, mas não desejo assim tanto.-----

E se estivermos enganados, o mercado ficou atrofiado, ficou atrofiado que bom que era para Lamego, nós vamos ter um crescimento em população estudantil em Lamego espectacular. Que bom que é para os lamecenses, quartos alugados, esta movimentação económica, é um dos sucessos da nossa cidade vizinha de Vila Real. Tem lá dez mil habitantes que estudam e aos fins-de-semana comparando a baixa de Vila Real, Lamego tem mais gente. No entanto, a capacidade económica daquela cidade é outra, é somar dez mil estudantes com o consumo que eles fazem diariamente. -----

Portanto, se isto fosse argumento, o mercado ter necessidade de desaparecer que bom que era para Lamego, então porque não, eu não tenho nada contra em o Mercado virar todo em Faculdade. O sítio é bom, não é mau, e faça-se um Mercado novo num sítio apropriado. Não me tinha lembrado senhor Presidente da Câmara da sua ideia maravilhosa, deitar mão ao Centro Comercial Jumbo, aquilo precisa de ser mudado, bem como o prédio por cima. Eu

tenho lá três lojas no Centro Comercial, mas repito, aquilo precisa de dar uma volta. Se neste tempo todo conseguíssemos dar a volta àquilo, Lamego ganhava e de que maneira. Portanto, a única coisa que pode vir daqui é o Mercado virar Mercado Universidade de Lamego e Alto Douro, o que lhe queiram chamar e o Mercado iria para outro sítio. -----

Mas há um pequeno senão, atenção, e chamo aqui à atenção pós possíveis candidatos, daqui a três à Câmara Municipal, talvez o Dr. Hugo Maravilha que já se está ali a rir, a Dra. Catarina Ribeiro, olhem que não vêm boas notícias. O único senão a este, dívida do Concelho dezanove milhões de euros, façam contas, poderá ir aos vinte e cinco milhões de euros e isto quer dizer que temos uma margem de endividamento já em 76%, quarenta milhões de euros não podem ser utilizados.-----

Portanto, resta-nos ainda três milhões e seiscentos mil euros que está devidamente orçamentado, mas como eu disse há um bocadinho, eu não conheço nenhum arguido que seja inocente em todos os processos, portanto pode subir aqui um bocadinho.-----

Depois, as escolas precisam também de empréstimo, e portanto, eu tenho aqui uma margem de endividamento que poderá ir aos vinte e cinco milhões de euros, já temos dezanove milhões de euros, mais dois milhões de euros dá vinte e um milhões de euros, mais as escolas, portanto, eu prevejo que o próximo executivo que venha governar, cuidado, se calhar ver ter aí uma troika e quem vier a seguir tenha coragem para apagar o incêndio. Assim deixo aqui um aviso à navegação que venha a seguir, pois o nosso Presidente de Câmara vai deixar uma prenda envenenada”.-----

Agora quanto ao apoio da ESTGL, eu peço o apoio de todos os membros da Assembleia Municipal, Lamego precisa, não interessa o sítio. Até digo mais, com um bocadinho de sorte aquele argumento, que vocês começaram e nós é que acabamos, se calhar pode ser ao contrário, eles começam e nós vamos bater palmas porque vocês acabaram.-----

Tomou a palavra o membro **Gonçalo Almeida** para dizer o seguinte:-----

“Renovo os meus cumprimentos a todos aqui presentes. A instalação do segundo polo da STGL é de uma importância estrutural.-----

Fixar jovens, atrair talento e dinamizar a nossa economia é algo que tem que estar acima de qualquer jogo partidário, e isso que fique bem claro. E queremos esta votação já, porque cada tempo que passa é jovens que deixam de se fixar em Lamego, oportunidades que a ESTGL podia ter e está a ser perdida. Mas não posso deixar de dirigir umas palavras claras à bancada do Partido Socialista e aos movimentos que agora são criados e se levantam, porque o mercado municipal devia seguir outro caminho.-----

Eu pergunto ao Partido Socialista se só se lembraram que existe agora um mercado municipal, porque já foram executivos camarários, nunca apresentaram nenhuma proposta para a parte superior do mercado municipal. São oposição e também antes de haver uma solução real como há agora, também não apresentaram nenhuma solução. Por isso, criticar agora que o projeto avança e que há o que fazer realmente à parte superior do mercado, revela uma posição reactiva e vazia de ideias.-----

Quero deixar também uma mensagem a todos os Lamecenses e aos nossos comerciantes. A vinda do pólo universitário não apaga o nosso mercado municipal. Pelo contrário, o mercado vai manter a sua importância comercial e deve ser dinamizado nesse sentido.-----

A presença diária de estudantes, professores e funcionários será o maior motor de revitalização que aquele espaço poderia ter, trazendo novos clientes e uma nova energia ao comércio local. As duas realidades vão coexistir e potencializar-se mutuamente.-----

Senhor Presidente, o meu voto será favorável porque Lamego precisa deste pólo, mas este voto traz uma exigência absoluta de responsabilidade financeira.-----

Vamos aprovar um empréstimo de dois milhões e seiscentos mil euros a vinte anos. O aviso está dado pelos vossos serviços municipais, pelos vossos serviços financeiros. Na página 3, da informação técnica, diz-se que este crédito vai custar cento e setenta e seis mil euros por ano e pode causar constrangimentos ao funcionamento do município.-----

Este tipo de empréstimo exige um enorme rigor. A partir de hoje não se pode brincar com as contas do município. Estes cento e setenta e seis mil euros anuais terão de ser obrigatoriamente compensados com um combate implacável ao desperdício e com um corte na despesa improdutiva.-----

A Câmara vai ter de aprender a emagrecer a sua máquina e a focar os seus recursos políticos exclusivamente àqueles que geram valor para o Conselho. Não admitiremos que esta fatura seja usada no futuro como desculpa para cortes em investimentos estruturais ou para a asfixia financeira das nossas freguesias ou das nossas empresas. É um voto a favor pela educação e pelo futuro de Lamego, mas sempre com um olhar fiscalizador sobre o desenrolar deste projeto”.-----

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia** para afirmar o seguinte:-----

“Este é mais um assunto importante para discutirmos aqui, mais importante sem dúvida sobre o processo em si, sobre as vírgulas, eventualmente, que ele não tem. Mas estamos aqui mesmo, hoje, para decidir sobre este empréstimo. É sobre isso que devemos discutir. -- Já falamos, o senhor Presidente da Câmara já explicou muito bem o processo todo, todos percebemos, não há dúvidas sobre isso, podemos concordar, podemos discordar, mas penso que o processo é transparente e claro, não há qualquer questão menos ou mais nublada.-----

A questão aqui tem a ver, essencialmente, com a postura do partido Socialista, Quer dizer, já há muito tempo o PS sabia que isto iria acontecer, pelo menos, talvez soubesse antes. Agora perguntamos nós, digam lá aos lamecenses, se souberem, o que é que o PS fez entretanto. Tivemos eleições em outubro, alguém ouviu o partido Socialista falar sobre o assunto? A sério? -----

Alguém conhece algum estudo sobre as alternativas? Se fosse eu a fazer a proposta, a mim não me pediam responsabilidades de apresentar um estudo fundamentado, um estudo robusto. Estamos a falar do PS, supostamente o partido da alternativa confiável. Se fosse para falar mal o PS sente-se no seu território. Para se criar desconfiança, está aí o partido Socialista, mas para trabalhar e para fazer o trabalho de casa nada, alguém conhece o

trabalho de casa que o PS em relação ao 2.º polo da ESTGL ou eventual alguma alternativa? Alguém conhece? São capazes de dizer? Mas que ideia é que o PS queria vender a Lamego? Alguém conhece a sério de uma forma robusta? Eu acho que não. -----
 Portanto, o PS aqui falhou, os lamecenses até agradeciam, penso eu, era a tal alternativa democrática, a tal vivência democrática era ter uma proposta de alternativa, mas não é uma ideia, uma ideia não é uma proposta. E o PS tinha esta responsabilidade perante a cidade, se acreditava nisto, que poderia haver outras propostas, como o senhor Presidente da Câmara admitiu, outras soluções. Mas não é porque o PS acha que há um terreno lá cima, ao lado da Senhora dos Remédios que a proposta é boa. O PS disse-nos o que lá iam fazer? O que é que queriam fazer? Quanto é que aquilo custava? Que valências tinham aquilo? Quantos alunos é que serviam? O PS fez esse estudo? Existe alguma coisa? O PS não tinha essa responsabilidade? Os lamecenses não gostavam de saber o que é que o PS dizia de forma robusta, credível, alguém conhece?-----

Pois foi aqui que o PS falhou, estive a dormir na horta, falando em bom português. E agora, depois de estar o processo todo sequencialmente validado, de forma transparente nos lugares certos, agora vai correr atrás do prejuízo, mas já não vai a tempo, como é evidente. -----

Até porque há outra coisa, que é importante, enquanto o PS dormia da horta, a população continuou e a vida continuou em Lamego. Alguém percebeu algum movimento de fundo, de apoio à ESTGL nos Remédios? Alguém percebeu um movimento de fundo em relação à manutenção do Mercado na forma que está? Sem fazer obras. Eu acho que ninguém percebeu isto.-----

Mais, duzentas e sessenta pessoas que subscrevem uma petição pública, é de respeitar e respeitamos muito, porque realmente as pessoas merecem, quando são honestas e divergem na sua honestidade, não há dúvidas nenhuma sobre isso. Mas duzentas e sessenta pessoas, numa cidade destas, sem sabermos quem são essas duzentas e sessenta pessoas não são nenhuma vaga de fundo. A sugestão que dou ao PS é que esqueça, passe para o lado solar, passa para o lado bom da vida e colabore a construir esta solução. A cidade, como já vimos, que não quer nada com a ideia que o PS tinha. Também reconheço que as ideias precisam de maturação, de serem fundamentadas.-----

Agora um partido como o PS não é capaz de apresentar à cidade alternativa credível, fundamentada, quando já sabia disto há mais de dois anos. Mas que partido é este? Que alternativa é esta? Foram capazes de fazer aderir à ideia as instituições da cidade? Foram capazes de fazer aderir à ideia os comerciantes da cidade?-----

Até lhes digo mais, para mim era capaz de fazer algum sentido termos uma estrutura, podia ser o Centro Comercial Jumbo, se o PS fosse capaz de fazer, fundamentar, fazer esse estudo, fazer essa estrutura, onde os milhares e milhares, fala-se em mais de um milhão de turistas que vêem a Lamego, pudessem passar, porque eles passam aí na cidade duas ou três horas e depois saem., vão-se embora. -----

Pudessem passar para verem os produtos da cidade, onde estavam os comerciantes da cidade e os turistas passavam, viam e comprovam e vinham cá para o ano. Mas esse era um estudo que o PS tinha que ter feito. Não seria assim tão difícil. Mas como é para falar mal, então há que falar mal. É para desconfiar, estamos cá, é para deitar abaixo, sim senhora, mas para trabalhar e fazer propostas é mentira. O PS não consegue fazer isso. Está na sua génese".-----

Tomou a palavra o membro **Sara Rodrigues** para dizer o seguinte:-----

" Começo por dizer que registamos com preocupação, que esta Assembleia está a ser chamada a votar um empréstimo de vinte anos, sem conhecer o contrato que o fundamenta. Ou pelo menos, sem ter tempo de o poder escrutinar e analisar. É óbvio que este ponto deveria ser adiado e lamento que assim não seja. Ficamos surpreendidos, porque isto acaba por confirmar aquilo que, precisamente, nós temos vindo há muito tempo a denunciar, quando chega a hora do escrutínio, este executivo agora com a complacência da Mesa, responde com total opacidade. -----

Ainda assim, porque a maioria insiste em avançar, passamos então ao mérito político e financeiro da proposta. -----

Começo por recuperar palavras do próprio senhor Presidente da Câmara nesta Assembleia Municipal, na sessão de 5 de maio de 2025, será que os serviços estão aptos a poder apresentar a documentação tão rapidamente, surgiria que esta ata seja disponibilizada a todos os membros da Assembleia. -----

Disse na altura o senhor Presidente: "temos apenas quinhentos mil euros de financiamento para uma obra que custará cerca de dois milhões de euros e acrescentou que em relação ao subfinanciamento desta intervenção, que será na ordem de um milhão e quinhentos mil euros, será dividido entre o Município e o Instituto Politécnico de Viseu"". Hoje os documentos, aqueles que temos na nossa posse, e que tivemos tempo de os escrutinar para análise dizem outra coisa. Em boa verdade já estamos habituados, o que se diz ontem já não se diz hoje, e assim se vai, lamentavelmente gerir Lamego.-----

Hoje já não estamos perante uma obra de cerca de dois milhões de euros, estamos perante uma empreitada adjudicada por mais de três milhões e cem mil euros. Hoje já não estamos perante um subfinanciamento de cerca de um milhão e meio de euros, estamos perante um diferencial de mais de dois milhões e seiscentos mil euros. Hoje já não nos aparece uma divisão clara desse esforço entre o Município de Lamego e o Instituto Politécnico de Viseu, o que nos aparece é um empréstimo até dois milhões e seiscentos mil euros assumidos, totalmente pelo Município de Lamego a vinte anos.-----

Ou seja, se a matemática não me está a enganar, se inicialmente a fatura do Município seria de cerca de setecentos e cinquenta mil euros, hoje estamos a falar de dois milhões e seiscentos mil euros, repito, dois milhões e seiscentos mil euros, são um milhão oitocentos e cinquenta mil euros de responsabilidade municipal, mais do triplo do que resulta da explicação anunciada há um ano atrás. -----

Senhor Presidente da Câmara isto não é uma diferença marginal, é uma alteração profunda da fatura que está a apresentar aos lamecenses, e portanto, até lhe sugiro que vá, novamente, ao mercado municipal, gravar um vídeo e explicar isto aos lamecenses. Porque, de facto é muito para ser explicado. Há-de explicar porque uma obra apresentada como custando cerca de dois milhões euros passa para mais de três milhões de euros, há-de explicar onde está a participação financeira do Instituto Politécnico de Viseu, há-de explicar porque aquilo que foi apresentado entre o Município e o IPV, aparece agora como uma fatura entregue ao Município, e há-de explicar porque é que esta Assembleia está ser chamada a votar este empréstimo, sem ter tempo de escrutinar o contrato que lhe está na base. -----

Senhores membros da Assembleia Municipal, isto não apenas um problema de contas, é também um problema de visão, de muita falta de visão. O que estão a pedir a Lamego é uma fatura muito cara, por uma solução que nunca passará de ser um remendo, um remendo do Mercado Municipal, um remendo para a ESTGL e um remendo para a falta de visão deste executivo.-----

E volto a clarificar, como já no passado o fiz, nós não somos contra a ESTGL, muito pelo contrário, somos a favor da ESTGL, somos a favor do ensino superior em Lamego, e é precisamente por isso, que consideramos que esta solução é pobre, pequena com muita falta de ambição.-----

O ensino superior em Lamego não pode ser tratado com uma ocupação possível, que neste momento está desocupado. A ESTGL precisa de uma estratégia de futuro, precisa de espaço para crescer e condições adequadas.-----

Respondendo ao membro José Manuel Correia, já por várias vezes o partido Socialista já apresentou a sua visão para aquilo que será o ensino superior em Lamego. Portanto, é lamentável, aquilo que esteve a dizer durante a sua intervenção.-----

Para terminar aquilo que devia estar a discutir, era um verdadeiro projeto académico, científico e tecnológico para as próximas décadas, em Lamego. Mas não, estamos a discutir uma solução remendada e cada vez mais cara.-----

E, por fim, como já o faço por várias vezes, não poderia deixar de falar Mercado Municipal, também merecia outra ambição. O Mercado não é um edifício qualquer, é um espaço de comércio, de memória, de encontro e de identidade coletiva. A sua requalificação devia ser servida para desenvolver vida ao Mercado, valorizar os nossos produtos locais, os nossos produtos endógenos, desenvolver o comércio tradicional e criar novos usos compatíveis com a sua história, com a sua função.-----

E acima de tudo, devolver a Lamego aquilo que, há muito tempo deveria já se ter afirmado, Lamego é a capital do Douro, dever-se-ia afirmar como isso e o Mercado Municipal tem todas as condições para ser o palco catalizador desta ideia. Mas não, continuamos aqui a discutir soluções remendadas que não servem a ninguém. -----

Portanto, esta solução que o executivo apresenta consegue o pior de dois mundos, não dá ao Mercado Municipal o futuro que ele merece e não dá ao ensino superior a ambição que Lamego precisa.-----

E portanto, como é óbvio votaremos contra este empréstimo. Votaremos contra, pela falta de transparência de não termos tido tempo para analisar o contrato de comodato, votaremos contra porque este empréstimo compromete financeiramente o nosso Município, à custa de uma decisão que não serve o Mercado Municipal, não serve a ESTGL e não serve Lamego. Serve apenas a teimosia deste executivo e em particular do Presidente da Câmara”. -----

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia** para responder ao membro Sara Rodrigues:-----

“ Sim o PS pode continuar atrás desta quimera, mas do que vimos até agora não me contrariam em nada. Trabalhar para ela é que não. Não foram capazes de o fazer. Portanto, perderam o tempo, perderam a oportunidade, a minha sugestão é que agora voltem a pegar no assunto, com tempo, e quando forem poder ou se conseguirem, de alguma forma influenciar estas decisões, acho que não vão conseguir, pois se conseguirem influenciar as decisões que, realmente proponham á cidade e consigam convencer a cidade de que esta solução é melhor.-----

Não vale a pena e não fica bem é fazer juízos de valor e dizer que os outros são tapados dos olhos e serem tacanhos. Isso não. -----

Em relação ao Mercado Municipal, o Mercado não vai desaparecer, o Mercado vai ficar melhor, o edifício não vai ser demolido, o Mercado vai continuar a existir, continuará a existir no centro da cidade, continuará a servir os lamecenses. Aquele piso tem estado durante quinze anos fechado, eu não estou a ver qual é o problema do PS com o Mercado Municipal, se fosse para demolir, se fosse para estragar o edifício.-----

Na vida da cidade ao longo destes anos todos, em qualquer cidade do mundo, quantos e quantos edifícios são reconvertidos para ter outro uso, deferente daqueles para que foram criados. Cidades vivas fazem isso, vamos estar aqui todo o tempo presos com as fotografias velhas do Mercado Municipal. -----

Eu também o conheci, lembro-me do Mercado Municipal antigo, ao frio e ao sol, um frio terrível, sol que queimava, estamos presos a esse tempo? Nós podemos cultivar as memórias de que temos da cidade, felizmente nós somos uma cidade de boas memórias, de um património muito rico, uma cidade monumental, uma cidade de cultura, uma cidade com história, temos que as preservar, mas temos que olhar para a frente. Vamos agora ficar presos naquelas fotografias a preto e branco do Mercado antigo.-----

Estamos a falar que a vida evolui, o pensamento evolui, nós podemos manter o edifício, melhorá-lo e dar-lhe um uso mais útil para a cidade. Porque esta teoria de que desenvolver um pólo no centro da cidade, mantendo toda a logística, toda a vivência da cidade, também tem aqui uma residência de estudantes, depois íamos pôr os alunos lá nos Remédios. Podia ser, mas o PS consegue-nos demonstrar que esta solução é boa? O PS tem a capacidade

para dizer que esta solução é que é boa, afinal porque 2+2 dois mais dois é igual a 4. Ou é apenas a tal ideia? Para mim é a tal ideia. -----

Portanto, Lamego optou, claramente, por um caminho diferente, e como dizia o membro Gonçalo Almeida “e bem já”, este já faz toda a diferença. Se daqui a vinte anos a solução for diferente, que seja como disse o senhor Presidente da Câmara, o investimento está lá feito, mais cinquenta mil euros menos cinquenta mil euros, não é isso que nos preocupa. O que nos prende é que há, claramente um investimento forte no centro da cidade, a cidade vai ganhar um edifício reconvertido com salas. Nós não temos um auditório no centro da cidade, basicamente. Vamos ganhar cantinas e laboratórios, vamos ganhar uma estrutura muito válida no centro da cidade, vamos manter os estudantes no centro da cidade. Os alunos da Escola de Turismo andam por aqui muito.-----

Portanto, se o PS conseguir aderir a cidade a esta ideia fantástica, vamos bater palmas, é porque a cidade quer esta ideia. Mas tenho dúvidas que o consigam, porque a cidade também são pessoas inteligentes, as pessoas percebem, os comerciantes percebem, as instituições percebem. Portanto, vamos com calma, trabalhem, demonstrem, façam a evidência, e depois a gente conversa. Neste momento há uma solução imediata para fazer, vamos fazê-la, vamos construí-la, os lamecenses vão agradecer e o futuro a Deus pertence”.-----

Interveio o membro **Sara Rodrigues** para requerer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal o seguinte:-----

“ Senhor Presidente da Assembleia, só uma pequena nota, não queremos estar a criar entropias ao funcionamento da Assembleia Municipal, mas no contrato de comodato que tivemos que analisar à pressa, cria estes pequenos problemas. São referidos alguns anexos que na informação que nos chegou e portanto, pedíamos que a informação estivesse completa e que os documentos anexos possam ser analisados também”.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** Municipal, para perguntar se o membro Sara Rodrigues se queria ser mais específico, não tendo havido qualquer resposta.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para dizer o seguinte:-----

“Parece que este assunto é a primeira vez que é discutido na Assembleia Municipal, mas não é. Não é e só desde abril, já é a terceira vez que nos debruçamos sobre este assunto.--- Primeiro, o contrato de comodato foi aprovado pela entidade que tinha competência legal para o fazer e que é a Câmara Municipal, em função do valor patrimonial do imóvel.----- E portanto, esta Assembleia Municipal pode analisar o contrato de comodato e virá-lo do avesso, mas não tem que se pronunciar, com todo o respeito sobre o contrato de comodato. Contudo, há uma componente do contrato de comodato que é da competência desta Assembleia Municipal, e que já foi exercida em abril, que é ajustar o plano e orçamento do Município às necessidades financeiras para o cumprimento deste contrato de comodato, isso foi objeto da alteração orçamental na Assembleia de abril. -----

Segunda situação, em que a Assembleia Municipal se pronunciou sobre este ponto, fiz aqui a descrição pormenorizada do projeto e aquilo que estamos a fazer com a ESTGL e o IPV. De seguida foi dada por esta Assembleia Municipal autorização para a contração do empréstimo. Este mesmo empréstimo está hoje aqui para se aprovar. E por isso, é a terceira vez que este assunto é, formalmente, discutido em Assembleia Municipal, não podendo o partido Socialista, vir agora dizer que faltam documentos, agora já não faltam documentos, faltam os anexos aos documentos e a seguir faltarão os anexos aos anexos, numa tentativa de impedir a discussão e a votação de um assunto que o partido Socialista só não quer que se faça, porque sabe que é muito importante para o Concelho e para a cidade e vai merecer a aprovação esmagadora dos lamecenses.-----

Mas não vou fugir à questão da alternativa do partido Socialista, a alternativa do partido Socialista, é simples, é construir uma nova escola de raiz. É chegar, por exemplo, ao Complexo Desportivo de Lamego, que tem um primeiro problema, pois a raiz não é nossa, os terrenos não são nossos. São propriedade do Estado, estão apenas cedidos por contrato interadministrativo em termos de gestão ao Município, mas vamos admitir que conseguíamos adquirir esses terrenos, e vamos construir uma escola de raiz.-----

Construir uma escola de raiz hoje, para ter os cinco mil metros quadrados que vai ter a escola depois de feitas estas obras, o ideal, já que vamos fazer uma escola de raiz, era que tivesse um pouco mais, por exemplo seis mil metros quadrados, mais infra-estruturação, mais parque de estacionamento, mais espaços verdes. Estar-se-ia a falar a preços atuais, nunca menos de quinze milhões de euros, um projeto entre quinze a vinte milhões de euros. E portanto o membro José Alexandre já aqui referiu, estamos com uma dívida de dezanove milhões, não é problemático, já gerimos uma dívida de cerca de quarenta milhões de euros, nunca deixamos de cumprir, nem com a banca nem com os nossos colaboradores nem com empreiteiros e fornecedores. Mas, obviamente que o Município não tem condições para desenvolver um projeto dessa natureza, com financiamento comunitário de quinze milhões de euros. -----

Segunda alternativa do partido Socialista, é requalificar o piso 1 do Mercado para por mais lojas. Ou seja usar fundos públicos, para criar lojinhas que vão fazer concorrência desleal às lojas que estão nas ruas: na Rua de Almacave, na Av. 5 de Outubro, na Rua Cândido dos Reis, na própria avenida. Nunca iremos fazer isso. Nunca iremos gastar dinheiro público para fazer concorrência desleal aos nossos comerciantes, que compraram lojas ou que as alugaram e que mantêm os seus estabelecimentos com muito esforço.-----

Resumindo a solução do partido Socialista é uma aberração, não faz qualquer sentido, não tem qualquer viabilidade.-----

E ainda tem outro problema, que o problema de pegar nos alunos, nos funcionários e nos professores da ESTGL e levá-los para fora da cidade. Porque quer queiramos quer não, e nós sabemos isso pelo Complexo Desportivo, é fora da cidade, exige transporte, exige vai e vem, não é a mesma coisa de estar na escola, sair à rua e poder entrar numa loja ou poder

ir a uma esplanada, não é a mesma coisa. E portanto, essa solução seria péssima para a cidade e seria péssima para a escola.-----

Relativamente à evolução do projeto, gostaria de falar com um técnico, para que me pudesse perceber, mas mesmo assim vou correr o risco.-----

Quando se faz um projeto, faz-se uma estimativa orçamental, a estimativa orçamental é feita ou por pedido de cotação aos fornecedores ou por comparação com projetos similares. Quando se lança um concurso de empreitada, a estimativa que se fez no projeto é, naturalmente substituída por um valor real de mercado, que é o valor real que os empreiteiros que concorreram à empreitada atribuíram àquela obra. E por isso, nós tínhamos em projeto a expectativa de gastar dois milhões, cerca de mil euros por metro quadrado, e quando vamos para concurso, a proposta mais baixa era de três milhões e cem mil euros. É o mercado a funcionar. Não há outra solução de explicar isto.-----

Finalmente, o Mercado Municipal, enquanto edifício e o Mercado Municipal enquanto espaço cultural. O edifício é um edifício banal, é um edifício banal, não tem valor arquitetónico, não tem enquadramento, deveria ser substituído por um edifício novo que tivesse, pelo menos estacionamento que pudesse ter uma maior funcionalidade em termos de acessos.-----

Aliás o Mercado Municipal nunca funcionou integralmente, tinha câmaras frigoríficas, tinha monta-cargas, tinha uma série de equipamentos que nunca funcionaram e que acabaram por ser refuncionalizados. E portanto, não vamos também dizer que temos ali um espaço de grande qualidade e muito menos que temos ali um polo cultural, o único pólo cultural, o grande pólo cultural, transformando o nosso Teatro, o nosso Museu, os nossos espaços museológicos, o Cim, todos os equipamentos culturais que nós temos na nossa cidade, em coisas insignificantes. Isso é uma solução, é uma ideia, é uma ilusão, que obviamente não subscrevem.-----

Resumindo, nós temos neste projeto a oportunidade de dotar a ESTGL de condições adequadas para crescer e de manter a ESTGL onde ela tem que estar, que no centro da cidade, dando maior dinâmica comercial e atividade cultural à cidade e aos nossos espaços envolventes".-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou que estão presentes trinta e seis membros, na sala.

Deliberação: Aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor, do grupo municipal da coligação "Todos Juntos Por Lamego" PP/PSD-CDS: Fernando Jorge Pereira Lobão, **Presidente da Assembleia Municipal**, Manuel Monteiro Afonso, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Edgar André Almeida Fernandes, Alita Maria de Jesus Carvalho, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Marco Aurélio da Fonseca Oliveira, João Pedro Morais Pina Adrega, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Leandro Baiorte Pinto, Wilson Miguel Lima Teixeira, Augusto Manuel Pereira da Conceição, Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, Mário Filipe de Almeida Faustino, André do Carmo Teixeira, Carlos Manuel Ferreira Rodrigues, Arcílio Jorge de Sousa Lamelas, Sérgio Pedro da Rua Capela;

Do grupo municipal do partido Socialista: Cláudia Cristina de Almeida Gomes Azevedo, João Paulo Alves Seixas, Bernardo Manuel Taveira Xavier, Manuel Varanda Pinto Rodrigues;----

Do grupo municipal da Iniciativa Liberal: Gonçalo Costa Almeida e Hugo Alexandre Oliveira da Silva;-----

Do grupo municipal do Partido Chega: José Alexandre de Carvalho;-----

Com uma abstenção do grupo municipal do partido Socialista: Nuno Miguel Lázaro Gonçalves;-----

Com oito votos contra do grupo municipal do partido Socialista: Ivo Manuel Gomes Paulo, António Manuel Marques Martins, Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Sara Daniela Pereira Rodrigues, Dora Maria Rodrigues da Fonseca Vicente, Vítor Manuel Rodrigues Paulo, Sónia Maria dos Reis Exposto, Marta Luísa da Costa Rodrigues Santos;-----

Ausentes: Carlos Manuel Almeida Loureiro, Paulo Henrique Almeida Loureiro e José Miguel Melo Pereira.-----

3.3-ASSUNTO:APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO DE LAMEGO PARA AS FREGUESIAS E UNIÕES DE FREGUESIAS-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta da Câmara Municipal com o seguinte teor:-----

“Em fevereiro de 2021 o Município de Lamego, as Juntas e Uniões de Freguesia acordaram entre si os termos de transferência de recursos formalizado através de auto de transferência, nos termos do n.º 2 do artigo 38º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril.-----

Em junho de 2022 o acordo de transferência de recursos celebrado com a Junta de Freguesia de Lamego sofreu uma alteração, mantendo-se até aos dias de hoje, bem como todos aqueles que foram celebrados com as demais freguesias.-----

Decorrido este tempo importa proceder à atualização destes acordos de execução, adaptando-os à realidade atual, nomeadamente o agravamento ocorrido nos custos de manutenção, mas sobretudo garantir maior justiça e transparência na afectação de recursos, utilizando metodologias que tenha em conta a dimensão geográfica e a população das freguesias.-----

Foi estudada a melhor fórmula a ser utilizada na distribuição dos recursos financeiros como contrapartida pela execução das competências previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 57/2019, tendo-se chegado à seguinte fórmula:-----

TR= (5% $\times$ OR)/N+(30% $\times$ AfxOR)/AT+(60% $\times$ PfxOR)/PT-----

Em que:-----

TR- Transferência de recursos-----

OR- Valor global das transferências em vigor-----

N- Número de freguesias e uniões de freguesia-----

Pf- População da freguesia/união de freguesias-----

PT- População do concelho (só a zona rural de Lamego) -----

Af- Área geográfica da freguesia (Km2) -----

AT- Área do concelho com a zona rural de Lamego (Km2) -----

A população e área geográfica foi determinada pela consulta dos Censos 2021.-----

O apoio financeiro proposto para cada uma das Juntas/Uniãos de Freguesia é traduzido no seguinte quadro:-----

Freguesia	População (Censos 2021)	Área (Km ²)	TRANSFERÊNCIA RECURSOS EM VIGOR	FATOR FIXO	ÁREA	POPULAÇÃO	TOTAL FÓRMULA	DIFERENÇA	5% Aumento	VALOR FINAL
Avões	502	4,87	25 750,00€	1942,89€	6 470,88€	16 024,29€	24438,06€	- 1311,94€	25 750,00€	27692,89€
Britanide	792	4,80	30 900,00€	1942,89€	6 377,87€	25 281,35€	33602,11€	- 2702,11€	33 602,11€	35545,00€
Cambres	1592	11,20	43 350,00€	1942,89€	14 881,70€	50 813,06€	67642,66€	- 24382,66€	67 642,66€	69585,54€
Femeirim	898	5,53	26 780,00€	1942,89€	7 347,84€	28 664,96€	37955,69€	- 11175,69€	37 955,69€	39898,58€
Femeiros de Avões	426	2,65	25 750,00€	1942,89€	3 521,12€	13 598,30€	19062,31€	- 6687,69€	25 750,00€	27692,89€
Figueira	279	4,55	25 750,00€	1942,89€	6 045,69€	8 905,59€	16894,51€	- 8855,49€	25 750,00€	27692,89€
Lalim	659	7,22	26 780,00€	1942,89€	9 593,38€	21 035,87€	32572,14€	- 5792,14€	32 572,14€	34515,03€
Lamego - ÁREA RURAL	906	12,70	135 000,00€	1942,89€	16 874,79€	28 920,33€	47738,01€	- 87261,99€	62 075,95€	64018,84€
Lazarim	407	16,54	30 900,00€	1942,89€	21 977,09€	12 991,80€	36911,78€	- 6011,78€	36 911,78€	38854,67€
Penajóia	804	10,21	29 870,00€	1942,89€	13 566,27€	25 664,40€	41173,55€	- 11303,55€	41 173,55€	43116,44€
Penude	1406	12,82	41 200,00€	1942,89€	17 054,23€	44 880,78€	63857,90€	- 22657,90€	63 857,90€	65800,79€
Samoitães	172	3,09	19 570,00€	1942,89€	4 105,76€	5 490,39€	11539,04€	- 8030,96€	19 570,00€	21512,89€
Sande	811	3,11	26 780,00€	1942,89€	4 132,33€	25 887,85€	31963,06€	- 5183,06€	31 963,06€	33905,95€
União das Freguesias de Bigome, Magueija e Pretarouca	575	20,14	56 650,00€	1942,89€	26 750,49€	18 354,51€	47057,89€	- 9592,11€	56 650,00€	58592,89€
União das Freguesias de Capões, Meijinhos e Melções	970	10,96	56 650,00€	1942,89€	14 562,81€	30 963,27€	47468,97€	- 9181,03€	56 650,00€	58592,89€
União das Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem	891	12,89	46 350,00€	1942,89€	17 127,24€	28 441,52€	47511,65€	- 1161,65€	47 511,65€	49454,54€
Várzea de Abunheis	329	5,85	25 750,00€	1942,89€	7 773,03€	10 501,97€	20217,90€	- 5532,10€	25 750,00€	27692,89€
Vila Nova de Souto d'El-Rei	728	8,79	25 750,00€	1942,89€	11 679,48€	23 238,41€	36880,78€	- 11110,78€	36 880,78€	38803,67€
	13147	157,92	699 440,00€	34972,00€	209 892,00€	419 664,00€	664468,00€	- 49191,33€	727 997,27€	762 969,27€

Da aplicação da fórmula resulta que algumas freguesias teriam o seu valor diminuído e outras aumentado, nalguns casos até significativamente. Para as que a simulação resulta negativa, foi atualizado para o valor financeiro atualmente transferido.-----

Todos os valores que decorrem da aplicação da fórmula e do pressuposto no parágrafo anterior, foram atualizados em mais 5%.-----

Em termos globais os apoios financeiros associados à transferência de competências para as Juntas e Uniãos de Freguesia crescem cerca de 9%, passando dos atuais 699.440,00€ para 762.969,27€.-----

A situação da Junta de Freguesia de Lamego foi analisada de forma particular, considerando que as competências de gestão e manutenção de espaços verdes, a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, e a manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano, são executadas pelo Município de Lamego na área urbana da freguesia (7,5 Km2 e 11.165 habitantes), através de dois contratos de prestação de serviços, e diretamente pelos seus serviços.-----

Acrece ainda dizer, que a despesa suportada pelo Município de Lamego com estes contratos de manutenção (espaços verdes e limpeza urbana), tem vindo a crescer consideravelmente. No caso da manutenção dos espaços verdes, o próximo contrato de três anos com início previsto para o final deste ano, terá um agravamento de preço em mais de 90% em relação ao anterior, devido ao aumento dos preços associados à manutenção, mas também pela inclusão de áreas que até aqui estavam fora do contrato, e ainda pela inclusão das áreas objeto de silvicultura preventiva que estavam integradas no acordo de transferência com a Junta de Freguesia de Lamego.-----

O Município de Lamego pretende assumir a gestão direta ou por gestão de contrato, dos espaços dentro da área urbana da freguesia de Lamego, por considerar indispensáveis para uma melhoria dos serviços prestados aos cidadãos, por se revestirem de natureza estruturante, de interesse geral, e representar uma parte muito significativa do município.-----
É necessário garantir a boa execução, sendo que o ónus da falta ou serviço deficiente, cai sempre sobre o município e não sobre a Junta de Freguesia, porque os munícipes não reconhecem onde termina e onde começam as responsabilidades de cada um (continuidade dos espaços).-----

Face ao exposto, proponho à Câmara Municipal que aprove as minutas dos Autos de Transferência de Recursos que se anexam à presente proposta, e os apoios financeiros que resultam da aplicação da fórmula, e expressos no quadro acima, e que sejam remetidos para deliberação da Assembleia Municipal.”-----

Tomou a palavra o membro **Sara Rodrigues** para pedir ao senhor Presidente da Assembleia Municipal um ponto de ordem à Mesa:-----

“ O grupo municipal do partido Socialista vem requerer que este ponto seja votado separadamente, freguesia a freguesia, auto a auto.-----

Fazemo-lo porque este é o procedimento que melhor respeita a lógica do Decreto-Lei n.º 57/2019 que concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias.-----

O artigo 5.º, n.º 1, refere que “” a Câmara Municipal e cada uma das juntas de freguesia acordam uma proposta para a transferência de recursos””-----

Sublinho: cada uma das juntas de freguesia.-----

E o artigo 6.º, n.º 1, estabelece que, após deliberação favorável dos órgãos deliberativos do município e da freguesia, é celebrado o auto de transferência de recursos.-----

Ou seja, a lei não trata esta matéria como um pacote indistinto.-----

Trata-a como um procedimento individualizado entre o município e cada freguesia, com acordo próprio e auto próprio e aprovação própria.-----

E mais, o artigo 5.º, n.º 6, prevê que, na falta de acordo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, ou em caso de deliberação negativa de qualquer uma das assembleias, deve ser reiniciado o procedimento.-----

Como bem sabemos, estas deliberações têm de ser comunicadas à DGAL até 30 de junho, ou seja amanhã, para produzirem efeitos no Orçamento do Estado do ano seguinte - 2027. Se não houver comunicação válida, são inscritos os últimos montantes comunicados. Ou seja, aquilo que será aplicado era aquilo que está em curso neste momento em 2026.-----

Portanto, votar tudo em bloco pode criar um problema sério.-----

E é por isso que me dirijo diretamente aos senhores Presidentes de Junta aqui presentes.---

A votação separada não vos prejudica. Pelo contrário protege-vos.-----

Permite que as freguesias onde há acordo, onde os valores são positivos e onde há condições para avançar, possam ver os seus autos aprovados.-----

Obviamente, que, nós somos favoráveis ao reforço das verbas destinadas as freguesias. As freguesias precisam de mais recursos. Estão próximas das populações, conhecem melhor os problemas do território e devem ter meios para responder às necessidades das suas comunidades.-----

Por isso, fazemos este requerimento, porque queremos garantir que esse aumento não fica em risco por causa de uma votação global mal construída.-----

A realidade é que há uma situação particularmente sensível, a da Freguesia de Lamego.-----

Nos documentos apresentados, a Freguesia de Lamego surge, para efeitos da fórmula, 906 habitantes, porque apenas é considerada a área rural.-----

Mas todos sabemos que a Freguesia de Lamego não tem 906 habitantes. O próprio documento reconhece que a Freguesia de Lamego tem mais de 12 mil habitantes.-----

Com a fórmula que o executivo apresenta, a Freguesia de Lamego passa de uma transferência em vigor de cento e trinta e cinco mil euros para um valor final de sessenta e quatro mil e dezoito euros e oitenta e quatro cêntimos.-----

Estamos a falar de uma redução superior a setenta mil euros.-----

Quero acreditar que isto resulta de um lapso ou de uma interpretação que deve ser revista.

Porque, se assim não for esse o caso, então estamos perante uma profunda injustiça para com a Freguesia de Lamego.-----

E pergunto aos senhores Presidentes de Junta, se fosse a vossa freguesia a ser reduzida, para efeitos de cálculo, a uma pequena parte da sua população real, aceitariam este auto?

Se a vossa freguesia perdesse mais de metade da verba atualmente transferida, aceitariam este auto? Provavelmente não.-----

Assim, senhor Presidente da Assembleia Municipal, requeremos que os autos de transferência sejam votados individualmente, freguesia a freguesia.-----

Caso a Mesa não entenda assim, requeremos subsidiariamente que, pelo, o auto relativo à Freguesia de Lamego seja retirado da votação global e votado autonomamente.-----

Isto permite aprovar os reforços de verba das freguesias onde há acordo e onde os valores são positivos, evitando que uma situação específica coloque em causa o aumento das verbas das restantes freguesias.-----

Sugerimos e requeremos, que se proceda a uma votação nominal e secreta".-----

Tomou a palavra o membro **Gonçalo Almeida** para dizer o seguinte:-----

“É muito rápido senhor, Presidente da Assembleia, senhores deputados e presidentes de junta renovo os meus cumprimentos.-----

É só para dizer que a Iniciativa Liberal, a bancada da Iniciativa Liberal está totalmente de acordo com as palavras do membro Sara Rodrigues, achamos que este ponto deve ser votado individualmente de freguesia por freguesia. Não é nada contra as freguesias, não são nada contra os presidentes de freguesias. É certamente para tornar mais justa a votação, porque acho que devemos olhar aqui não para as cores partidárias, não para os nossos interesses mas sim para os interesses do concelho e de todas as freguesias em comum.-----

Por isso queria deixar aqui só este reparo que a iniciativa liberal acompanha o partido Socialista nesta matéria”.-----

Usou da palavra o membro **José Alexandre** para afirmar o seguinte:-----

“Queria apenas dizer o seguinte: na realidade o CHEGA também concorda com o ponto de ordem aqui trazido pelo partido Socialista, por duas razões importantes, não vou pela parte legal, mas vou pela parte que é importante para os membros novos, nomeadamente para mim e alguns que aqui estão.-----

Ter um conhecimento prévio e rigoroso sobre cada freguesia, o seu número de habitantes, o que recebem ou não recebem, para nós é importante.-----

Depois, o ponto em si é demasiado importante para ser seguido aqui, diria como tipo “bufê”, come-se tudo e depois no fim avalia-se. Não, isto deve ser, digamos, passe o termo, desculpem-me a comparação, mas acho que isto deve ser servido “à lá carte”. Diria que deve ser avaliado prato por prato, isto é ponto por ponto”.-----

Interveio o membro **José Manuel Correia** para dizer o seguinte:-----

“Penso que estamos a aqui a perverter a informação que é clara e transparente, naturalmente nós estamos de acordo com a proposta feita.-----

Vou explicar porque, há aqui dois factos que são incontornáveis que estão escritos, não percebo porque as pessoas não o leram, ou se leram discordaram. Não tem a ver com a Freguesia de Lamego, tem a ver com dois princípios: primeiro uma regra que me parece transparente, honesta para todas as juntas de freguesia, diria que ninguém estará contra isto, é a pura transparência a funcionar, sabemos, exatamente, o que cada freguesia vai receber, e a outra questão que está escrita, tem a ver com a mudança de um certo paradigma que houve nestes últimos anos. Eu moro em Lamego, mas a Freguesia de Lamego tem recebido verbas a considerar a considerar um conjunto de intervenções que são da responsabilidade da Câmara. -----

O que esta regra nova trás e até foi majorada, é que todas as freguesias estão em pé de igualdade em relação às suas responsabilidades. E a responsabilidade da Junta de Freguesia de Lamego, que tem feito um trabalho com seriedade, com certeza que sim, não está em causa. Mas até agora as responsabilidades das juntas de freguesia passavam por algumas questões da cidade, dos caminhos, fontanários, polidesportivos. O que está escrito é que a Junta de Freguesia passa esta responsabilidade para Câmara e a Junta de Freguesia de Lamego passa a ser responsável pelos quatro núcleos periféricos que tem a cidade. É o que está escrito, penso que todos leram o mesmo, podemos discordar. Mas há aqui uma regra, há aqui uma regra, que eu nem percebo muito bem, como é que o PS agora não a aceita, que é a regra da transparência.-----

Quer dizer, andamos estes anos todos a pedir que o financiamento público deve ser transparente, deve ser claro, deve ser honesto, criamos uma regra para isso, ok, não há regras perfeitas, pode ser mais x% menos x%, criamos uma regra para isso e o PS vem por em causa a transparência da regra, só porque o Presidente da Junta, vamos falar assim, é do PS? Isto não tem nada a ver com a pessoa nem com o Presidente da Junta, tem a ver

com uma prática, que até hoje que, neste modelo a Junta de Freguesia de Lamego é responsável por um conjunto de atividades que deixa de ter e passa a ser responsável por um conjunto de atividades no que diz respeito às localidades periféricas. Penso que isto é claro, podemos discordar, mas penso que a interpretação de quem já falou não é correta, e muito honestamente, penso que não é caso para votarmos freguesia a freguesia, porque estamos a perverter o espírito da lei.-----

Há uma regra transversal para todos, não temos que ser contra ela”.-----

Usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Lamego** para fazer a seguinte intervenção: -----

“Cumprimento todos os presentes neste salão e a todos que nos acompanham lá em casa através das redes sociais.-----

Eu quero dizer ao membro José Manuel Correia, nós temos que saber a lei, temos que saber do que estamos a falar. E não existe reversão de delegação de competências. Todos os valores que a Freguesia de Lamego recebeu desde 1 de janeiro de 2023, através de um acordo assinado por mim, de livre e boa-fé, com o Eng.º Francisco Lopes em 2022, resultaram de um acréscimo de competências. E a maior transparência que esse acordo está no nosso site, presumo que, eventualmente também no Município, onde estão as regras, onde está o mapa com as zonas de intervenção. Eu bem sei e pertença aos órgãos sociais da ANAFRE, e as transferências de competências para as freguesias urbanas é complicado.-----

Eu sei que sim, meus caros colegas, eu compreendo que há aqui muitas zonas, eu vejo isso em quase todas as cidades do país, há aqui, um eventual, benefício para as freguesias urbanas.-----

Porque há competências que, de facto se sobrepõem, percebo tudo isto, mas neste caso, a transparência está assegurada por um contrato que tem três anos e meio, que foi assinado, e foi na altura, uma negociação muito bem conduzida pelo atual Presidente da Câmara e por mim, como, certamente iremos chegar a consenso nesta. E, de facto, não há mais transparência possível que isto. Aqui a questão, se o senhor Presidente da Assembleia me deixar, ou deixamos que o senhor Presidente da Câmara apresente este assunto, eu depois irei explicar a posição da Freguesia de Lamego. Mas em relação é isso, acho que em termos de transparência quer da nossa parte quer do Município estão justificadas por um acréscimo de competências”.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este ponto:-----

“Este é um ponto deveras importante, deve ser aqui discutido de uma forma séria e transparente. Estamos a fazê-lo. Estamos a fazê-lo no acordo e no desacordo, quando estamos com posições similares ou quando estamos com posições opostas. E é assim que deve ser.-----

Vejamos, em relação à votação da proposta e à semelhança que disse para o ponto anterior, a proposta deve ser votada nos termos em que o executivo municipal a propôs, é assim que a Assembleia Municipal deve fazer. Há só uma proposta, e há uma proposta por

uma razão simples, porque mais do que o valor do acordo a estabelecer entre o Município e cada uma das freguesias, aquilo que é importante e que nós estamos a definir é o critério de distribuição da verba que vai suportar o exercício de competências que são da Junta de Freguesia.-----

Pondo as questões muito claras e pegando num aspeto que o Presidente da Junta de Lamego que aqui referiu, que é muito claro, não há reversão, porque as transferências já foram efetuadas, e foram transferidas por lei, os recursos também estão transferidos e estão no acordo que mantém em vigor até ser substituído por outro acordo. E portanto, não há aqui nenhuma freguesia que fique prejudicada, independentemente, daquele que for o sentido da votação, exceto se a proposta for chumbada, como todas as freguesias, exceto a de Lamego sobem, as outras freguesias ficarão prejudicadas.-----

Sendo claríssimo em relação a esta matéria, quando foi estabelecida a fórmula de transferência de recursos, não houve fórmula, houve uma negociação caso a caso, com as juntas de freguesia e foi obtido um consenso pelo somatório dos acordos. Esta é uma solução que nós não preconizamos e achamos que é péssima, e é péssima por um motivo, porque as freguesias que tiveram capacidade de reivindicação tiveram valores elevados. As freguesias que não tiveram, tiveram valores diminutos, só assim se justifica que Cambres e Penude, as maiores freguesias rurais do Concelho tenham sido ao longo destes anos prejudicadas com transferências muito mais baixas do que aquilo que seria justificável, a par de Ferreirim, da Penajóia, são as maiores diferenças.-----

Houve, eventualmente uma preocupação política de obter um acordo de algumas freguesias pequenas, que eram da Coligação, e isso permitiu-lhes ter um valor negociado um pouco superior, e eu até poderia aproveitar esse facto e agora manter mais ou menos os critérios, e até puxar, apenas se a situação fosse de uma negociação caso a caso pelas freguesias que são da Coligação. Os senhores Presidentes de Junta sabem bem, que não tenho esse comportamento, de forma nenhuma. Quando falo com eles, quando trato com eles, estabelece-se protocolos ou acordos em função das necessidades da população, nunca em função da cor política da freguesia.-----

E por isso a proposta que trazemos é uma proposta, absolutamente, clara e transparente, baseada em critérios:-----

Primeiro critério, o montante que estava afeto aos acordos de transferência, tem 5% que são divididos de forma igual por todas as freguesias e mais 5% também em partes iguais que somam ao valor final obtido. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que todas as freguesias terão uma componente de solidariedade, ou seja, sendo grandes ou pequenas, têm uma base de trabalho, que serão cerca de quatro mil euros por ano, que são distribuídas de forma igual. Qual é a ideia? Por exemplo, uma junta de freguesia, Cambres comprou um trator, se Samodães comprar um trator, o trator custa o mesmo para todas as juntas, mas a capacidade financeira das freguesias é bastante diferente. Portanto a transferência de recursos irá nivelar um valor mínimo para equipamentos ou para estrutura que todas as juntas devam ter. -----

O remanescente da verba, 90% foi dividido em 30% pela área e 60% pela população. Fizemos as simulações todas: de 20, 80, 25, 75, 50 - 50, 75-25, repito, fizemos as simulações todas. Chegamos à conclusão que este era um critério adequado. E porquê? Mantém um investimento no território, há freguesias que são extensas em área e que precisam de meios para manter esse território, nomeadamente, no que concerne a caminhos, mas o mais importante o trabalho de proximidade que uma junta desenvolve, é dar resposta às pessoas, aos problemas das pessoas. E portanto, valorizamos a população com o dobro da ponderação do território. Uma fórmula que levaria a que algumas das freguesias, ainda assim, recebessem menos verbas do que aquelas que lhe estavam a ser atribuídas. E então foi definido que, nenhuma freguesia desceria o montante das transferências e ainda receberia os 5% adicionais a que eu me referi, que seriam acrescentados ao valor final.-----

Isto implica um aumento do valor das transferências, na ordem dos sessenta mil euros, portanto cerca de 9%.-----

No que concerne à Freguesia de Lamego, a Freguesia de Lamego é um caso especial, primeiro porque é uma freguesia muito grande, é uma freguesia que tem uma área rural e uma área urbana, tem um conjunto de competências nas áreas rurais que são equiparadas às das freguesias rurais, mas na área urbana temos que admitir que não é. Na área urbana, 95% das ações que se desenvolvem no espaço público são da responsabilidade do Município.-----

O Município faz a limpeza e a varredura, faz a manutenção dos espaços verdes, que são aquelas tarefas que têm mais peso e pesam vários milhões de euros por ano, nos cofres do Município. E portanto, aqui torna-se mais difícil fazer o acerto do valor a transferir.-----

E recordo o que é que aconteceu? Já no mandato de 2017-2021, quando foram estabelecidos os acordos. Não houve acordo com a Freguesia de Lamego, mas entendi que devia fazer esse acordo com a freguesia, e entendi que, o valor que tinha sido calculado pelo anterior executivo seria adequado e foi o que propus ao atual Presidente da Freguesia de Lamego, que aceitou. -----

Definimos a área de intervenção e os equipamentos a manter, para além da limpeza urbana, nomeadamente os polidesportivos, fez-se uma manutenção prévia antes de os entregar à Junta de Freguesia, as fontes e mais alguns equipamentos. Nós concluímos, que de facto, aplicando estes critérios, chegamos a uma conclusão de que a Freguesia de Lamego, considerando apenas os lugares rurais que estão aqui definidos e basicamente correspondem a São Martinho do Souto, Alvelos e Souto Covo. Há depois umas zonas periféricas, nomeadamente Medelo, Bairro da Ponte, Aldeia de São João, onde há alguma intervenção da Junta, levaria é que o valor atribuir à Junta de Freguesia de Lamego fosse apenas de quarenta e sete mil euros. E portanto, perante esta situação, nós propusemos uma correção aleatória, digamos assim, para sessenta e quatro mil euros. -----

Estamos a tentar a atenuar aquilo que será a perda da Junta de Freguesia de Lamego, mas em boa verdade, também já aqui foi dito, não haverá perda, porque o acordo que está

firmado mantêm-se em vigor até ser substituído por outro. E portanto, se amanhã comunicarmos à DGAL que a Câmara Municipal e a Assembleia deliberaram atribuir novos valores aos acordos de transferência de recursos, a DGAL vai dizer se tem o acordo da Junta de Freguesia de Lamego? Não tem, então se não tem mantem-se em vigor o que está. E por isso, a posição do partido Socialista é, absolutamente, absurda. O partido Socialista o que tinha que dizer era, votamos a favor, com a discordância relativamente ao valor da Junta de Freguesia de Lamego, que os órgãos próprios da freguesia irão materializar e comunicar à Câmara. E era assim que deveria ter sido no executivo municipal e é assim que deve ser na Assembleia Municipal.-----

Ou seja, o facto de fazermos uma proposta conjunta, é para podermos aqui validar no executivo e na assembleia uma metodologia e uma fórmula de atribuição destes recursos. O facto de a Junta de Freguesia de Lamego não cumprir os critérios necessários para chegar ao valor que lhe vinha a ser atribuído, só para terem uma ideia teríamos que afetar cerca de três mil e seiscentos habitantes à Freguesia de Lamego, cuja área a cargo da freguesia não tem. E portanto ficamos num impasse, este impasse é mantermos o acordo que está em vigor. -----

Só que este acordo é desconfortável, é desconfortável para a Junta de Lamego, porque proporcionalmente recebe mais do que as outras juntas, é desconfortável para o Município, porque estamos a transferir recursos para a Junta de Freguesia ao mesmo tempo que estamos a gastar nos concursos da varredura e da jardinagem em áreas que não estão a ser ocupadas pela Junta de Freguesia de Lamego. -----

Sendo assim, vamos ter que nos sentar e chegar a um novo acordo, e chegaremos a um novo acordo, seguramente. Ou reformulando as áreas de intervenção de cada entidade ou transferindo mais tarefas, iremos, seguramente, encontrar um acordo que justifique, que o valor que as Junta de Freguesia está a receber, tem uma contrapartida para os fregueses, os lamecenses que vivem na área da cidade e que a Câmara não está a pagar contrapartida, que não recebe no exercício das competências que estão hoje a cargo da Junta de Freguesia.-----

Portanto, relativamente a esta proposta, proponho que ela seja aprovada, fazendo o partido Socialista a declaração de voto que entender em relação à Junta de Lamego e que, obviamente a Junta de Lamego, tal como de uma forma muito franca, o senhor Presidente da Junta me transmitiu, não irá aceitar e tem esse direito, mantendo-se o acordo em vigor até a haver um novo acordo ou até o valor que é transferido, anualmente, para a Junta de Lamego ser absorvido pela inflação e ser a Junta a pedir a atualização do valor. Também pode vir a acontecer isso, mas não acontecerá, seguramente.-----

Em relação a todas as freguesias, esta fórmula que estamos a propor é justa, é muito adequada e promove um aumento das transferências para todas as Juntas.-----

Em relação à Freguesia de Lamego, a lei responde à questão que estamos a tratar, não permitindo a reversão nem das competências nem das verbas que as suportam, portanto, a situação mantem-se, absolutamente, em consenso, diria eu, e prosseguiremos com a

discussão em relação à divisão de tarefas entre a Câmara e a Junta de Freguesia, no caso de Lamego”.-----

Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Lamego** para dizer o seguinte:-----

“Começo já por responder ao senhor Presidente da Câmara, tenho a certeza que, que vamos, obviamente chegar a acordo. Partilho também dessa preocupação em gerirmos os dinheiros públicos da melhor maneira possível. Aliás até em conversa com o senhor vereador Patricio Esteves, chegamos à conclusão que, de facto, há zonas em que chegamos a ter alguma sobreposição da freguesia e as empresas concessionadas, não é lógico, temos que gerir da melhor maneira possível o dinheiro do Estado, o dinheiro público, e é, obviamente, aí que nós queremos chegar. -----

Eu quero congratular o Município por este apoio, por esta vontade. A Freguesia de Lamego, com esta fórmula, de facto, iria, eventualmente descer, mas acho que todo o dinheiro que é investido nas juntas é pouco, nós fazemos melhor com muito pouco. E os meus caros colegas que, de facto, têm os recursos financeiros inferiores à Freguesia de Lamego, de facto, eles fazem bem, por aí dou os parabéns, mas também é importante termos uma fórmula que retire aqui a ambiguidade e aqui alguma subjectividade, temos que ser o mais objetivos possíveis. A Freguesia de Lamego não pode passar de doze mil habitantes para novecentos e seis habitantes, apesar, de facto, a maior parte das zonas verdes da cidade estão concessionadas. Eu tenho aqui um rol de zonas que somos nós que fazemos, não seis se serão 5%, se serão 95%. -----

Também quero agradecer ao partido Socialista a defesa que me fez, mas é assim, eu sou militante do partido Socialista, mas sou sobretudo Presidente da Freguesia de Lamego, usando as palavras do caro membro do CHEGA, o que me move é Lamego. Eu não estou aqui a representar punhos, chaminés ou símbolos, estou a representar Lamego, foi para isso que fui eleito.-----

Eu gostava só de explicar e justificar o porquê de a Freguesia de Lamego não aceitar, é óbvio que não é apenas por ser menos dinheiro. Porque é assim, também e fazendo aqui uma pequena retrospectiva, a Freguesia de Lamego em 2015, 2015 com o senhor Eng.º Francisco Lopes recebia oitenta e quatro mil quinhentos e poucos euros, efetivamente pouco fazia em termos da cidade, praticamente nada. Fazia o que sempre fez e bem, o meu antecessor também o fazia, que eram, de facto, as zonas rurais.-----

Em 2020, já sob a gestão do partido Socialista, o Dr. Ângelo Moura subiu para noventa e quatro mil euros, e em 2021 noventa e seis mil oitocentos e vinte e euros, que foi o mesmo valor que tivemos no primeiro ano do mandato anterior. Portanto, estamos a falar aqui, que relativamente o que seria oferecido, digamos assim, à Freguesia de Lamego, agora, eram menos vinte mil euros. Assim passaram onze anos, tivemos guerras, tivemos pandemias, tivemos inflação, o salário mínimo em 2015 era quinhentos e cinco euros, hoje é novecentos e trinta e quatro euros. -----

Portanto, é óbvio que eu não poderia concordar com este valor. Agora, como já disse e foi precisamente aí que eu comecei com a minha intervenção, estou aqui e o senhor Eng.º Francisco Lopes sabe que isto é verdade, de boa-fé para chegarmos a um acordo, obviamente, pode passar por mais áreas. Acho que é importante fazermos esse levantamento, o que é que a empresa está a fazer, o que é que a Junta de Lamego pode fazer mais barato, certamente e os meus colegas sabem isso, nós fazemos melhor e mais barato.-----

Portanto, a justificação para a não-aceitação é esta, mas obviamente que estaremos aqui, se calhar daqui a um ano ou daqui a uns meses, estaremos aqui a aprovar um novo auto de transferências de recursos para a Freguesia de Lamego.-----

Interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreirim** para dizer o seguinte:---
“Cumprimento todos os presentes neste Salão Nobre e todos aqueles que nos acompanham lá em casa através das redes sociais.-----

“Em nome da Freguesia de Ferreirim e penso que na generalidade dos presidentes da junta do concelho, expressar o meu sincero agradecimento ao Município de Lamego, pela proposta de atualização dos valores associados à delegação de competências para o ano de 2027.-----

Quero de forma muito especial agradecer ao senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Francisco Lopes, pela sensibilidade, pelo esforço, pela compreensão demonstrada neste processo de revisão dos apoios financeiros às freguesias. Esta proposta traduz um reconhecimento claro das dificuldades que as juntas enfrentam diariamente, recorrente do aumento dos custos de manutenção e da crescente exigência dos serviços prestados às nossas populações. -----

E, igualmente de enaltecer a nova metodologia adotada para a distribuição de recursos baseada em critérios objetivos, como a população e área geográfica das freguesias, garantindo uma maior justiça e equilíbrio e transparência. Mais importante ainda, esta revisão permitiu que, praticamente, todas as freguesias vissem os apoios reforçados, representando um aumento global das verbas destinadas à transferência de competências. Quero ainda sublinhar que, esta proposta evidencia uma diferença muito significativa na forma de governar este concelho. -----

A Coligação tem demonstrado disponibilidade para ouvir as freguesias, compreender as suas dificuldades e reforçar os meios financeiros colocados à sua disposição, sempre a valorizar o papel dos eleitos locais.-----

Os factos são claros e os números falam por si, assistimos a uma atualização séria, estruturada dos valores da delegação de competências assentes em critérios transparentes e acompanhada por um reforço financeiro efetivo. Isto representa uma aposta inequívoca de descentralização na proximidade e na confiança nas juntas de freguesia.-----

Como presidente de junta, não posso deixar de reconhecer e agradecer a este executivo mais do que palavras, este executivo demonstra através das suas decisões, que acredita

nas freguesias como parceiros essenciais no desenvolvimento do concelho e na melhoria da qualidade de vida da nossa população.-----

Quando existe diálogo, respeito institucional e vontade política, é possível construir soluções mais justas, é, precisamente isto que hoje está refletido nesta proposta.-----

Em nome da Junta de Freguesia de Ferreirim deixo, por isso, um sincero agradecimento ao Município de Lamego pelo trabalho desenvolvido, pela capacidade de ouvir as freguesias, e pela coragem em tomar decisões que reforçam a autonomia, dignidade e a capacidade de intervenção do poder local de proximidade. Muito obrigada”. -----

*Usou da palavra o membro **José Manuel Correia** para se referir ao mesmo assunto:-----*

“Vim cá, pelo simples facto de que o que se passou aqui é de relevância política para o Município.-----

Voltando atrás um bocadinho, dei-me ao trabalho, pois vamos com nove meses de trabalho deste executivo, neste mandato, já tivemos várias reuniões do executivo, tivemos algumas sessões da Assembleia Municipal, já falamos de contas do Município: PRR, atraso nas escolas, Mercado Municipal, Centro Multiusos, já falamos do Centro de Emprego, falamos da contratação pública, dos concursos, da estrada nacional 226, já falamos de regulamentos E sabem de uma coisa? Provavelmente não se aperceberam, há um traço comum, um fio que une tudo isto e que liga o PS a tudo isto. Sabem o que é? Suspeição. -----

A única coisa que o PS conseguiu apresentar em todas estas discussões, não vou enumerá-las foi suspeição. Duvidas sobre isto, duvidas sobre aquilo, as teorias todas de que tudo está mal, tudo é posto em causa, desconfiar de tudo e de todos. Construir o PS não sabe. Fazer, trabalhar, propor, estudar, refundamentar o PS não sabe. -----

Provavelmente não precisava de dizer o que vou dizer, somos pessoas esclarecidas e inteligentes. Mas o que se passou aqui hoje é de relevância para a cidade. O que se passou aqui hoje é que as pessoas puseram os interesses dos lamecenses acima dos interesses partidários e isso é importante.-----

Apesar de ter explicado e o senhor Presidente da Câmara explicou melhor, apesar de ser necessário e o próprio senhor Presidente da Freguesia reconhece, apesar de ser necessário ter uma estrutura de critérios transparentes, uniformes, claros para todas as juntas de freguesia, todas, incluindo a Freguesia de Lamego, que também é uma junta de freguesia. Mas como foi também muito bem dito, a Junta de Freguesia de Lamego é uma freguesia diferente das outras, tem duas componentes: tem a componente rural e a componente urbana. -----

Percebemos que na componente urbana, tem havido um contrato, um acordo que não é possível reverter, ok, tudo bem, mas que, este acordo implicava mais dinheiro para o Município de Lamego porque tinha outras responsabilidades que as outras freguesias não têm. E tem os núcleos periféricos de matriz rural onde sim senhora a Junta de Freguesia de Lamego tinha responsabilidades. -----

Como no Centro de Emprego ninguém gosta de perder verbas para poder gerir. No fundo quando eu perco verbas, são os lamecenses que perdem verbas. Mas espante-se,

contrapondo à suspeição e à desconfiança, percebemos que é possível trabalhar em conjunto e construir soluções melhores.-----

A freguesia de Lamego vai continuar a receber as verbas que vêm da transferência de Estado, não há aqui nenhuma alteração, estas verbas que estão em causa são apenas referentes à componente financeira assegurada pelo Município, e apesar da aplicação da nova fórmula, o Município para já, já fez isso, criou um mecanismo de salvaguarda que evita uma redução abrupta da transferência municipal. Ok, não chega, é muito menos do que era, mas esta proposta tem na base, tem um conteúdo funcional diferente. Ficamos todos contentes com isso, percebemos que é possível construir, é possível fazer melhor, e é possível chegarmos a um patamar de entendimento, onde a Junta de Freguesia de Lamego continua assumir responsabilidades que as outras juntas de freguesia não têm. E a Câmara bem como o senhor Presidente também está disponível para valorizar isso. Fácil, é muito fácil quando a gente quer. Agora desconfiar de tudo e de todos é que é complicado”.-----

Interveio o senhor **Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem**, para dizer o seguinte:-----

“Cumprimento todos os membros presentes neste Salão Nobre e todas as pessoas que nos assistem lá em casa.-----

Eu decidi fazer esta intervenção, por uma questão de alguma coerência, porque, segundo sei é um tema que tem que ser levado à Assembleia de Freguesia, e portanto aquilo que eu vou dizer aqui, vou dizer também na Assembleia de Freguesia.-----

Voltando um pouco atrás, na questão da reunião de Câmara que tivemos, onde o senhor Presidente de Câmara explicou o que pretendia fazer, eu obviamente, aquilo que quero dizer é agradecer o aumento de apoio financeiro, por parte do Município à União de Freguesia de Parada do Bispo e Valdigem, pela análise que fiz foram três mil cento e quatro euros, mas nem que fossem mil euros, portanto saúdo o referido apoio.-----

Aquilo que fiz e que vou dizer aqui e na nossa Assembleia de Freguesia, é que relativamente a outros colegas de juntas de freguesias, que não vou aqui numerar os nomes, naturalmente, parece-me que o aumento nos coube a nós foi relativamente baixo. Porque se existem juntas de freguesia que, efetivamente, recebiam com base naquilo que são os cálculos da população e da parte do território em si, mais à época, também naquelas que se assemelham a Parada do Bispo e Valdigem, havia outros que recebiam muito mais do que nós anteriormente e que agora, tiveram um aumento também maior, portanto, acabou por não ficar nivelado. É a única coisa que eu quero aqui dizer, sendo que, volto a sublinhar, agradeço o aumento do valor dado às nossas freguesias, no entanto não poderia deixar esta ressalva.-----

Portanto, parece-me justo, porque um dos argumentos, e volto a repetir, era porque os valores anteriores não estavam equiparados, pois não, e as nossas freguesias estavam muito abaixo de outras, que não tinham que estar muito acima. E esses também tiveram esses ditos aumentos superiores às nossas freguesias. -----

E perante esta atitude que o senhor Presidente de Câmara, que parece ser superpositiva, aquilo que digo como sugestão, é que o senhor Presidente de Câmara, que no futuro, estou certo que isso irá acontecer, de certeza e relativamente a outros projetos, que até temos vindo a conversar, que se possa aqui encontrar algum equilíbrio nessa matéria. Mas, de qualquer das formas tenho a agradecer o facto de aumentar o valor financeiro às minhas freguesias".-----.

Tomou a palavra o membro **José Alexandre** para afirmar o seguinte:-----

"Foi bom, depois de assistir a este mini debate, só referente a este ponto, ver que os presidentes de junta de freguesia, por parte da Coligação "Todos Juntos Por Lamego" estão contentes. Da parte do partido Socialista, também, estão mais ou menos de acordo. O CHEGA não tem nenhum presidente da junta de freguesia, mas, contudo, as freguesias são importantes. Como já disse aqui várias vezes, os presidentes de junta aqui, são os verdadeiros artistas, vocês tem muito trabalho de campo, são vocês que trabalham em situações difíceis.-----

Também o Presidente de Freguesia de Lamego, veio aqui e já digamos que, rectificou o seu compromisso em chegar a um acordo, retirou a sua camisola do partido, acho que nalguns casos, nós deveremos fazer assim, mas, sinceramente acho que a Junta da Freguesia de Lamego estar a receber nesta altura, menos vinte mil euros, acho que é um exagero. Estamos perante de duas pessoas da boa-fé, Presidente da Junta de Lamego e o senhor Presidente da Câmara também, de vez em quando, esqueça lá, retire também a camisola, falem como dois lamecenses, entrem em acordo rapidamente.-----

O CHEGA vai votar a favor desta proposta, porque tenha a noção que os dois vão entrar em acordo e quando mais rápido melhor, tirem lá as camisolas.-----

Tomou a palavra o membro **Gonçalo Almeida** para dizer o seguinte:-----

"Renovo os meus cumprimentos e espero ser breve.-----

Vamos lá ver. Esta proposta tem méritos inegáveis: aumenta em 9% o bolo global, e cria uma cláusula de salvaguarda que protege todas as freguesias. Reconheço estes méritos e felicito os serviços pelo trabalho técnico e a toda a vereação.-----

Mas como deputado da Iniciativa Liberal, não posso deixar de assinalar uma contradição profunda no tratamento da Freguesia de Lamego.-----

A proposta considera a Junta de Lamego como tendo cerca de 900 habitantes para efeitos de cálculo de transferências. No entanto, nas últimas eleições autárquicas, mais de 6.900 lamecenses votaram para a Assembleia dessa freguesia. O que vão dizer às quase 6000 pessoas que exerceram o seu direito ao voto e escolheram quem governaria a junta que foram colocadas de fora desta equação? Vão dizer-lhes que os seus votos para a Junta de Freguesia não contam para a distribuição de recursos financeiros? Acho que devia dar uma mensagem a essas 6.000 pessoas.-----

Esta assimetria não é técnica, como todos sabemos aqui, é política. E significa, na prática, que a Câmara está a reabsorver competências que o Decreto-Lei n.º 57/2019 que foi criado precisamente descentralizar e não descentralizar. O argumento da "continuidade dos

espaços" e do peso reputacional do Município é, com todo o respeito, uma inversão do princípio da subsidiariedade.-----

Um dos pilares das democracias europeias diz-nos que a decisão deve ser tomada o mais próximo das pessoas. E o mais próximo das pessoas são as juntas de freguesia, quanto a isso estamos todos de acordo, os presidentes de junta de freguesia e as suas assembleias sabem o que se passa no local, falam todos os dias com as pessoas, sabem se calhar os nomes das ruas todas de cor e eles sim sabem como se sente a sua população e o que é preciso para a sua junta. Enquanto concentramos no Município a gestão da área urbana de Lamego, não estamos a tornar a administração mais eficiente estamos a sufocar a Câmara com competências de proximidade que não lhe pertencem, e a esvaziar a Junta que os lamecenses elegeram para gerir a freguesia.-----

A descentralização não é um slogan é um princípio. E uma Câmara que acumula competências de proximidade não é uma Câmara forte, é uma Câmara sobrecarregada com assuntos que não devia estar a tratar. Como é que vamos pedir descentralização a Lisboa quando nós próprios aqui vamos contra esse princípio.-----

Queria deixar aqui esta mensagem".-----

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para tecer mais algumas considerações sobre este assunto:-----

"Apenas para responder a esta questão, que é uma questão pertinente colocada pelo membro Gonçalo Almeida.-----

O Município não tem problema nenhum em transferir para a Junta de Freguesia de Lamego, as mesmas competências que transfere para as restantes freguesias.-----

Ou seja, por exemplo, nos espaços verdes, ser a Freguesia de Lamego a assumir toda a manutenção dos espaços verdes. Mas isso tem um pequeno problema, é que os acordos de transferência de recursos são anuais, as revisões de preço podem não ser. Os novos concursos, ao fim de três anos têm outros valores, e portanto, provavelmente, uma freguesia com a dimensão económica da Freguesia de Lamego não tem capacidade para assumir contratos de prestação de serviços, que têm uma dimensão de muitas vezes, o orçamento anual da junta de freguesia. É só disso que estamos a falar. -----

Se a Freguesia de Lamego quiser ficar com a manutenção dos espaços verdes, em toda a cidade fica, amanhã fizemos já um novo acordo e transfere-se os cento e trinta e cinco mil euros, mais o valor que a Câmara gasta hoje na manutenção dos espaços verdes. Se a Junta de Lamego aceitar fazemos já esse acordo.-----

Agora, no próximo ano e nos seguintes, temos aqui o senhor presidente da Junta de Freguesia de Lamego queixar-se que não consegue manter os espaços verdes, porque não tem recursos para adicionar àquilo que recebe, nem tem estrutura técnica para fazer a gestão adequada da concessão, o que de alguma forma, já acontece com o próprio Município.-----

Portanto, nós temos muito bem a noção, do que é o princípio de subsidiariedade, do que é que deve ser a decisão próxima dos cidadãos e dos problemas, mas também temos a noção

quando os problemas ultrapassam a capacidade de determinada estrutura, neste caso das juntas de freguesia. E é por isso que essa situação, até hoje, nunca foi posta nem da nossa parte nem da parte da Junta de Lamego. Mas sim, entender que, é necessário haver uma articulação e uma divisão adequada de tarefas e de recursos”.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** e para que registado em ata., para perguntar ao senhor Presidente da Câmara se mantém a intenção de submeter à votação a proposta global, ao qual respondeu que sim.-----

“A Mesa regista a posição da bancada do PS, a posição do Presidente de Junta de Freguesia de Lamego, a discordância será, integralmente registada em ata, no entanto, a condução dos trabalhos compete à Mesa e a deliberação compete à Mesa da Assembleia Municipal. Assim estando o ponto inscrito na ordem de trabalhos e mantendo o executivo a proposta apresentada, a Assembleia Municipal apreciará e votará o ponto, obviamente que já se fez a apreciação, sem prejuízo dos protestos, das declarações de voto ou os eventuais meios legais que os interessados entendam utilizar.-----

Pelo que o ponto será colocado à votação”.-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou que estão presentes trinta e seis membros, na sala.-----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, com os votos favoráveis dos seguintes membros da Assembleia:-----

Do grupo municipal da coligação “Todos Juntos Por Lamego” PP/PSD-CDS: Fernando Jorge Pereira Lobão, **Presidente da Assembleia Municipal**, Manuel Monteiro Afonso, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Edgar André Almeida Fernandes, Alita Maria de Jesus Carvalho, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Marco Aurélio da Fonseca Oliveira, João Pedro Morais Pina Adrega, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Leandro Baiorte Pinto, Wilson Miguel Lima Teixeira, Augusto Manuel Pereira da Conceição, Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, Mário Filipe de Almeida Faustino, André do Carmo Teixeira, Carlos Manuel Ferreira Rodrigues, Arcílio Jorge de Sousa Lamelas e Sérgio Pedro da Rua Capela;-----

Do grupo municipal do partido Socialista: Ivo Manuel Gomes Paulo, António Manuel Marques Martins, Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Sara Daniela Pereira Rodrigues, Dora Maria Rodrigues da Fonseca Vicente, Vítor Manuel Rodrigues Paulo, Sónia Maria dos Reis Conceição Exposto, Marta Luísa da Costa Rodrigues Santos, Cláudia Cristina de Almeida Gomes Azevedo, João Paulo Alves Seixas, Bernardo Manuel Taveira Xavier, Manuel Varanda Pinto Rodrigues;-----

Do grupo municipal da Iniciativa Liberal: Gonçalo Costa Almeida e Hugo Alexandre Oliveira da Silva -----

Do grupo municipal do Partido Chega: José Alexandre de Carvalho;-----

Ausentes: Carlos Manuel Almeida Loureiro, Paulo Henrique Almeida Loureiro e José Miguel Melo Pereira.-----

Interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Lamego** para fazer a seguinte declaração de voto:-----

“É muito rápido, é apenas, obviamente para referir, como declaração de voto. Concordo na íntegra, com o aumento que é dado a todas freguesias, obviamente que todos nós gostaríamos que fosse mais. Apenas o meu ponto de discordância, a Freguesia de Lamego, pelas razões que há pouco enumerei”.-----

Tomou a palavra o membro **Sara Rodrigues** para fazer a seguinte declaração de voto:-----

“O partido Socialista votou a favor desta deliberação, contudo, não podemos deixar de lamentar, o facto de não ter sido possível chegar ao acordo com a Junta de Freguesia de Lamego. Ainda assim, isto é uma demonstração do facto, que nós consideramos muito importante o reforço que foi feito a todas as outras juntas de freguesia”.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para informar o seguinte:

“Dado o avançar da hora e os assuntos que faltam debater, a Mesa sugere uma pausa para almoço de uma hora e meia”.-----

Reiniciados os trabalhos, dado haver quórum.-----

3.4-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA REDUÇÃO EXCECIONAL DA TAXA DE TERRADO DA FEIRA SEMANAL DE LAMEGO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta da Câmara Municipal, com o seguinte teor:-----

Considerando que:-----

“A Feira Semanal de Lamego constitui um importante espaço de dinamização económica, social e comercial do concelho, assumindo particular relevância para os comerciantes, feirantes e consumidores que nela desenvolvem a sua atividade ou efetuam as suas compras;-----

Nos últimos anos, os operadores económicos têm vindo a enfrentar dificuldades decorrentes do aumento dos custos de exploração, da redução do poder de compra das famílias e da diminuição da procura, circunstâncias que têm contribuído para uma menor afluência de clientes e para uma crescente dificuldade na manutenção da actividade;-----

Acréscce que a taxa de terrado atualmente praticada pelo Município de Lamego, fixada em 0,43 €/m², se apresenta como uma das mais elevadas da região, não constituindo um fator de incentivo à fixação e captação de feirantes, nem contribuindo para o reforço da atratividade da Feira Semanal. Importa, por isso, aproximar o valor praticado pelo Município dos valores adotados por outros concelhos, reforçando a competitividade da feira e criando melhores condições para a atividade económica local;-----

Por outro lado, entende-se que qualquer medida de apoio deve igualmente promover o cumprimento das obrigações perante o Município, premiando os feirantes que mantenham a sua situação regularizada e incentivando o cumprimento dos acordos de pagamento celebrados;-----

Paralelamente, encontra-se em curso, pelos serviços municipais, um levantamento rigoroso das dívidas relativas à ocupação da Feira Semanal, respeitantes a anos anteriores, com

vista à futura definição de mecanismos que promovam a sua regularização voluntária, salvaguardando os interesses financeiros do Município e a sustentabilidade da atividade dos feirantes.-----

Face ao exposto, propõe que a Câmara Municipal delibere:-----

1. Aprovar, a título excecional e temporário, a redução da taxa de terrado da Feira Semanal de Lamego para 0,22 €/m2, com efeitos entre 1 de julho de 2026 e 31 de dezembro de 2026.-----
2. Beneficiam da redução prevista no número anterior os feirantes que tenham a mensalidade referente ao mês de junho de 2026 integralmente regularizada.-----
3. Sempre que exista acordo de pagamento celebrado com o Município, relativo à ocupação da Feira Semanal, apenas beneficiam das reduções os feirantes que tenham igualmente as respetivas prestações integralmente regularizadas.-----
4. Os feirantes que não cumpram os requisitos previstos nos números anteriores mantêm-se sujeitos à taxa de 0,43 €/m2.-----
5. A manutenção da taxa reduzida depende do pagamento pontual das mensalidades de terrado e, quando aplicável, do cumprimento integral dos acordos de pagamento celebrados com o Município.-----
6. O incumprimento de qualquer mensalidade ou de qualquer prestação de acordo de pagamento determina a perda automática do benefício, passando o feirante a ficar sujeito à taxa de 0,43 €/m2, a partir do mês seguinte ao incumprimento.-----
7. A perda do benefício prevista no número anterior é definitiva durante o período de vigência da presente medida, não podendo o feirante voltar a beneficiar da taxa reduzida, ainda que posteriormente regularize a sua situação.-----
8. A redução agora aprovada produz efeitos apenas para as taxas vencidas a partir de 1 de julho de 2026, não conferindo direito a qualquer restituição, compensação ou reembolso relativamente a valores anteriormente pagos.-----
9. Compete aos serviços municipais verificar o cumprimento dos requisitos previstos na presente deliberação e proceder à aplicação da taxa correspondente.-----
10. A presente medida vigora até 31 de dezembro de 2026, cessando automaticamente nessa data”.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, remeter este assunto à Assembleia Municipal para deliberação.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este assunto:-----

“A feira semanal é uma atividade económica importante na nossa cidade e genericamente nos locais onde elas se realizam. É um momento que a população aproveita para vir à cidade, não apenas ir à feira, virem aos serviços públicos, virem ao comercial tradicional.

E a feira semanal necessita, efetivamente, de ser organizada, e de cumprir um conjunto de critérios, um dos mais importantes, ter, efetivamente, uma oferta que leve que os clientes consumidores a visitar a feira.-----

As feiras, genericamente, estão a debater-se com múltiplos problemas, há feiras que já têm muito poucos feirantes, há muito pouco negócio, em torno desta atividade. E como forma de a estimular, acordamos uma redução das taxas de ocupação do terrado. Este é um aspecto muito importante, que queria salientar.-----

Primeiro o espaço público é de todos, é de todos, mas não é para utilizar de forma indiscriminada. A utilização do espaço público tem regras, e essa utilização deve repercutir-se numa mais-valia, num benefício que seja apropriado pela comunidade.-----

Portanto há situações de abuso, de utilização abusiva do terrado da feira, que tem vindo a ser regularizadas e que terão que ser regularizadas. Quem faz a feira em Lamego, quem monta a sua tenda na feira semanal em Lamego, sabe que tem que pagar a correspondente taxa de ocupação do terrado.-----

Em contrapartida, decidimos por força desse reforço de ordenamento e fiscalização fazer uma redução dos valores da taxa de utilização do terrado, para cerca de 50%.-----

Como esta alteração terá que ser sujeita a uma alteração regulamentar mais alargada, no sentido de não atrasar mais este compromisso de redução da taxa, trazemos à consideração da Assembleia, com a proposta de ser aprovada, uma redução extraordinária da taxa de ocupação do terrado, até ser integrada no regulamento que traremos proximamente à consideração da Assembleia Municipal. Com um sentido de promover a organização da feira semanal e manter uma feira semanal com uma dinâmica económica, que justifique que a população do concelho e dos concelhos vizinhos possam aproveitar as quintas-feiras para visitar Lamego, ir à nossa feira e simultaneamente aos serviços da cidade.-----

*Tomou a palavra o membro **Hugo Silva** para fazer uma intervenção sobre este assunto:-----*

“Cumprimento todos os presentes neste salão Nobre e todos os lamecenses que nos ouvem.-----

Há cerca de seis meses, usei da palavra nesta Assembleia Municipal para falar sobre a feira semanal, deixando claro que o caminho para o seu desenvolvimento assenta em regras claras, transparência e igualdade de condições. Apesar do local da sua realização para nós não é o correto.-----

Hoje, ao analisar esta proposta, vejo com satisfação que a Câmara finalmente reconhece um dos problemas e assume, por escrito, que a taxa de terrado de Lamego é das mais elevadas da região e que a excessiva carga fiscal sufoca a atividade e afasta novos feirantes. -----

Mas há que retirar conclusões desta confissão. Se a Câmara só agora assume isto, significa que andámos este tempo todo a prejudicar a nossa feira, e todas as pessoas que lutam semanalmente para estarem a vender os seus produtos. E o documento revela mais: assume que os serviços municipais estão apenas agora a fazer um levantamento de dívidas relativas a 'anos anteriores'. -----

Ora, para quem defende a concorrência leal, cada dívida conta. Não importa se são muitas ou poucas, se são grandes ou pequenas. Cada situação de incumprimento que a autarquia

deixou arrastar por anos sem fiscalização, significa que permitiu que uns jogassem com regras diferentes dos outros. Isso é injusto para o comerciante honesto que cumpre as suas obrigações todos os meses, mesmo sufocado por uma taxa elevada. Em nome da transparência, pergunto diretamente ao Senhor Presidente: qual é o ponto da situação exato deste levantamento e que valores estão em causa?-----

Menos impostos atraem mais pessoas. Ao baixarmos o custo de entrada, criamos os incentivos necessários para trazer novas pessoas para Lamego, gerando mais concorrência. -----

É esta concorrência que torna o mercado mais justo e leal, tanto na nossa feira semanal como em qualquer tipo de negócio. -----

Votaremos a favor desta redução porque o alívio fiscal é o caminho certo para gerar riqueza. Mas exigimos que este seja o primeiro passo para uma fiscalização séria, onde cada dívida seja controlada a tempo e horas”.-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou que estão presentes trinta e um membros, na sala.-----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, com os votos favoráveis dos seguintes membros da Assembleia:-----

Do grupo municipal da coligação “Todos Juntos Por Lamego” PP/PSD-CDS: Fernando Jorge Pereira Lobão, **Presidente da Assembleia Municipal**, Manuel Monteiro Afonso, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Edgar André Almeida Fernandes, Alita Maria de Jesus Carvalho, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Marco Aurélio da Fonseca Oliveira, João Pedro Morais Pina Adrega, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, Augusto Manuel Pereira da Conceição, Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, Mário Filipe de Almeida Faustino, André do Carmo Teixeira, Arcílio Jorge de Sousa Lamelas e Sérgio Pedro da Rua Capela;-----

Do grupo municipal do partido Socialista: Ivo Manuel Gomes Paulo, António Manuel Marques Martins, Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Sara Daniela Pereira Rodrigues, Dora Maria Rodrigues da Fonseca Vicente, Vítor Manuel Rodrigues Paulo, Sónia Maria dos Reis Conceição Exposto, Marta Luísa da Costa Rodrigues Santos, João Paulo Alves Seixas, Bernardo Manuel Taveira Xavier, Manuel Varanda Pinto Rodrigues;-----

Do grupo municipal da Iniciativa Liberal: Gonçalo Costa Almeida e Hugo Alexandre Oliveira da Silva;-----

Do grupo municipal do Partido Chega: José Alexandre de Carvalho;-----

Ausentes: Carlos Manuel Almeida Loureiro, Paulo Henrique Almeida Loureiro, José Miguel Melo Pereira, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Leandro Baiorte Pinto, Carlos Manuel Ferreira Rodrigues, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina de Almeida Gomes Azevedo.---

3.5-ASSUNTO: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA RETIFICAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DE 24.11.2025 E 19.12.2025 -----

- DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DO EMPREENDIMENTO DE AGROTURISMO-----

- QUINTA DO TORRÃO – PROC. N.º 544/25-----

REQUERENTE: PHB - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO S.A.-----

LOCAL: QUINTA DO TORRÃO - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PARADA DO BISPO E VALDIGEM-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta da Câmara Municipal, com o seguinte teor:-----

“Considerando o pedido apresentado pelo requerente para dar resposta ao CPAI e ao Turismo de Portugal e com vista a assegurar a coerência entre as deliberações tomadas e o projeto efetivamente submetido e apreciado, proponho que seja efetuada a seguinte retificação à deliberação do Executivo Municipal, tomada em 24/11/2025:-----

Onde se lê:-----

“Declaração de Interesse Público Municipal da Habitação c/Turismo/Agroturismo – PROC. N.º 544/25”-----

Deve ler-se:-----

“Declaração de Interesse Público Municipal do Empreendimento de Agroturismo Quinta do Torrão – PROC. N.º 544/25”.-----

Mais propõe que o processo seja remetido à Assembleia Municipal para retificação da deliberação tomada na sessão realizada em 19/12/2025.”-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este ponto:-----

“Trata-se um mero formalismo da correção da designação correta que a lei prevê, para este tipo de empreendimento turístico. A declaração de interesse municipal que foi proferida, “Turismo/Agroturismo”, a sua designação correta é “Empreendimento de Agroturismo” é apenas esta alteração que está em causa. A conformidade da nossa declaração de interesse público, com a terminologia que legalmente está definido”.-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou que estão presentes trinta e um membros, na sala.-----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, com os votos favoráveis dos seguintes membros da Assembleia:-----

Do grupo municipal da coligação “Todos Juntos Por Lamego” PP/PSD-CDS: Fernando Jorge Pereira Lobão, **Presidente da Assembleia Municipal**, Manuel Monteiro Afonso, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Edgar André Almeida Fernandes, Alita Maria de Jesus Carvalho, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Marco Aurélio da Fonseca Oliveira, João Pedro Morais Pina Adrega, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, Augusto Manuel Pereira da Conceição, Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, Mário Filipe de Almeida Faustino, André do Carmo Teixeira, Arcílio Jorge de Sousa Lamelas e Sérgio Pedro da Rua Capela;-----

Do grupo municipal do partido Socialista: Ivo Manuel Gomes Paulo, António Manuel Marques Martins, Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Sara Daniela Pereira Rodrigues, Dora Maria Rodrigues da Fonseca Vicente, Vítor Manuel Rodrigues Paulo, Sónia Maria dos

Reis Conceição Exposto, Marta Luísa da Costa Rodrigues Santos, João Paulo Alves Seixas, Bernardo Manuel Taveira Xavier, Manuel Varanda Pinto Rodrigues;-----

Do grupo municipal da Iniciativa Liberal: Gonçalo Costa Almeida e Hugo Alexandre Oliveira da Silva;-----

Do grupo municipal do Partido Chega: José Alexandre de Carvalho;-----

Ausentes: Carlos Manuel Almeida Loureiro, Paulo Henrique Almeida Loureiro, José Miguel Melo Pereira, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Leandro Baiorte Pinto, Carlos Manuel Ferreira Rodrigues, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina de Almeida Gomes Azevedo.---

3.6-ASSUNTO: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIAS, ÁREAS FUNCIONAIS DE RECRUTAMENTO, PERÍODO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E REMUNERAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS DE CARGOS DIRIGENTES DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 4.º GRAU.-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta da Câmara com o seguinte teor:-----

“Considerando que:-----

Nos termos do n.º 2 do artigo 4º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, a estrutura orgânica dos municípios pode prever a existência de cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior;-----

De acordo com o disposto no n.º 3 do mesmo artigo 4.º do referido diploma legal, cabe à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a definição das competências, da área, dos requisitos de recrutamento, entre os quais a exigência de licenciatura adequada, do período de experiência profissional, bem como da respetiva remuneração dos cargos de direção intermédia de grau inferior;-----

A Assembleia Municipal de Lamego, na sua sessão de 19 de dezembro de 2025, sob proposta da Câmara Municipal de 10 de dezembro de 2025, aprovou a alteração e a republicação do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Lamego, adiante designado ROSM, (publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 9, de 14.01.2026) que previu expressamente na sua estrutura a existência de sete Unidades Orgânicas de 4.º Grau;-----

O Anexo III do ROSM intitulado “Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3.º e 4.º Grau do Município de Lamego” define em termos genéricos a missão, os princípios de gestão e os requisitos mínimos de recrutamento para os cargos de 4.º grau;-----

Torna-se necessário proceder ao preenchimento de cinco lugares previstos no mapa de pessoal da Câmara Municipal de Lamego aprovado para o ano de 2026, com vista a assegurar a direção, programação, organização e coordenação das atividades das respetivas unidades funcionais de 4.º grau;-----

Mais se salvaguarda que a composição e designação dos respetivos júris de recrutamento já foram previamente acauteladas e deliberadas em sede de proposta anterior aprovada por este órgão, estando cumprido o formalismo exigido pelo n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação.-----

Face ao exposto, proponho à Câmara Municipal:-----

Que, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 4º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, seja aprovada e submetida à aprovação da Assembleia Municipal a definição das competências, da área, dos requisitos do recrutamento, entre os quais a exigência de licenciatura adequada, e do período de experiência profissional, e fixação da respetiva remuneração para a abertura dos procedimentos concursais dos cargos de direção intermédia de 4.º grau (Chefe de Unidade), conforme a presente proposta e sintetizado nos seguintes termos:-----

1 - Requisitos Habilitacionais Genéricos: no mínimo, formação superior graduada de bacharel em área considerada adequada às atribuições/competências da unidade orgânica (alínea a) do n.º 1 do artigo 8º do ANEXO III do ROSM);-----

2 - Experiência profissional específica: um mínimo de 2 anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras para cujo exercício ou provimento seja exigível as habilitações referidas no ponto anterior (alínea b) do n.º 1 do artigo 8º do ANEXO III do ROSM);-----

3 - Especificações e Requisitos por Unidade Orgânica de 4.º Grau:-----

3.1 - Chefe de Unidade de Modernização Administrativa e Sistemas de Informação-----

3.1.1 - Divisão Hierárquica: Divisão Administrativa e de Coordenação.-----

3.1.2 - Área/Licenciatura adequada: Informática, Engenharia Informática, Engenharia Informática e Telecomunicações, Tecnologias de Informação, Gestão de Sistemas de Informação, Licenciatura em Professor do 1.º ciclo do Ensino Básico, ou áreas afins.-----

3.1.3 - Competências específicas nos termos do n.º 1 do artigo 26º do ROSM: compete prestar apoio especializado a todos os serviços municipais, prevendo carências, propondo soluções e resolvendo os problemas.-----

As restantes competências específicas da Unidade são as descritas nos n.ºs 2 e seguintes do referido artigo 26º do ROSM.-----

3.2 - Chefe de Unidade de Alojamento, Catering e Cantinas Escolares -----

3.2.1 - Divisão Hierárquica: Divisão de Juventude, Educação e Desporto.-----

3.2.2 - Área/Licenciatura adequada: Ciências da Nutrição, Ciências da Dietética e Nutrição, Engenharia Alimentar, Gestão Hoteleira, Gestão Turística, Cultural e Patrimonial, Economia ou áreas afins.-----

3.2.3 - Competências específicas nos termos do n.º 1 do artigo 33º do ROSM: prosseguir e operacionalizar as orientações emanadas da Divisão de Juventude e Desporto, bem como gerir os processos de intervenção no âmbito do Alojamento.-----

As restantes competências específicas da Unidade são as descritas nos n.ºs 2 e seguintes do referido artigo 33º do ROSM.-----

3.3 - Chefe de Unidade de Desporto e Associativismo -----

3.3.1 - Divisão Hierárquica: Divisão de Juventude, Educação e Desporto.-----

3.3.2 - Área/Licenciatura adequada: Ciências do Desporto, Gestão do Desporto, Educação Física ou áreas afins.-----

3.3.3 - Competências específicas nos termos do n.º 1 do artigo 32º do ROSM: prosseguir e operacionalizar as orientações emanadas da Divisão de Juventude e Desporto, bem como gerir os processos de intervenção no âmbito da Juventude e do Desporto Municipal.-----
As restantes competências específicas da Unidade são as descritas nos n.ºs 2 e seguintes do referido artigo 32º do ROSM.-----

3.4 - Chefe de Unidade de Bibliotecas e Arquivo Histórico-----

3.4.1 - Divisão Hierárquica: Divisão de Cultura e Património.-----

3.4.2 - Área/Licenciatura adequada: Ciências da Informação, Ciências da Informação e da Documentação, História, História de Arte, Humanidades ou áreas afins.-----

3.4.3 - Competências específicas nos termos do n.º 6 do artigo 35º do ROSM: prosseguir e operacionalizar as orientações emanadas da Divisão de Cultura e Património, competindo-lhe gerir e coordenar a Biblioteca Municipal e o Arquivo Histórico, promovendo o seu desenvolvimento continuado.-----

As restantes competências operacionais da Unidade são as descritas nas respetivas alíneas do referido n.º 6 do artigo 35º do ROSM.-----

3.5 - Chefe de Unidade de Manutenção de Edifícios e Equipamentos-----

3.5.1 - Divisão Hierárquica: Divisão de Sustentabilidade e Serviços Urbanos.-----

3.5.2 - Área/Licenciatura adequada: Engenharia Civil, Engenharia Eletrotécnica, Engenharia Mecânica, Gestão Industrial ou áreas afins.-----

3.5.3 - Competências específicas nos termos do n.º 1 do artigo 41º do ROSM: assegurar um serviço multidisciplinar e altamente especializado de assessoria técnica nas respetivas áreas de atuação, compreendendo os setores de Manutenção de Edifícios e Equipamentos, Máquinas e Oficinas e Eficiência Energética e Redes Públicas de Eletricidade e Telecomunicações.-----

As restantes competências específicas da Unidade são as descritas nos n.ºs 2 e seguintes do referido artigo 41º do ROSM.”-----

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para apresente este assunto:-----

“Se o senhor Presidente da Assembleia Municipal me permitir faria já a apresentação deste ponto e do seguinte, porque um é a sequência do outro. Como é do conhecimento dos membros municipais, foi aprovada nesta Assembleia Municipal uma alteração à estrutura orgânica, criando um conjunto de novas unidades funcionais. Essas unidades terão que ser dirigidas por chefias recrutadas através de concurso público. -----

Esse concurso prevê que sejam definidas as qualificações dos candidatos, bem como a experiência em funções ou similares ou que exijam o nível de licenciatura, bem assim como definir o júri que vai presidir a cada desses concursos.-----

O que estamos a propor, é uma definição relativamente ampla das habilitações dos candidatos a estes concursos, e os júris que dentro das chefias internas do Município, e alguns técnicos de outras instituições irão conduzir estes concursos, de uma forma isenta, para que possamos ter ao serviço do Município de Lamego chefias qualificadas e a prestar o melhor serviço aos lamecenses no âmbito das novas áreas funcionais que foram definidas.--

Razão porque proponho que sejam aprovadas quer as qualificações quer os júris dos concursos que estão propostos-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para perguntar, se alguém se opunha que estes dois pontos fossem tratados em conjunto, com a respetiva votação em separado, não havendo nenhuma oposição. Assim, relativamente a este ponto (3.6) faz-se a votação, de braço no ar, e depois passamos ao ponto 3.7, que será votado por voto secreto.-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou que estão presentes trinta e quatro membros, na sala.-----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, com os votos favoráveis dos seguintes membros da Assembleia:-----

Do grupo municipal da coligação “Todos Juntos Por Lamego” PP/PSD-CDS: Fernando Jorge Pereira Lobão, **Presidente da Assembleia Municipal**, Manuel Monteiro Afonso, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Edgar André Almeida Fernandes, Alita Maria de Jesus Carvalho, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Marco Aurélio da Fonseca Oliveira, João Pedro Morais Pina Adrega, Germano Correia Ribeiro, Leandro Baiorte Pinto, Wilson Miguel Lima Teixeira, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Augusto Manuel Pereira da Conceição, Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, Mário Filipe de Almeida Faustino, André do Carmo Teixeira, Carlos Manuel Ferreira Rodrigues;-----

Arcílio Jorge de Sousa Lamelas e Sérgio Pedro da Rua Capela;-----

Do grupo municipal do partido Socialista: Ivo Manuel Gomes Paulo, António Manuel Marques Martins, Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Sara Daniela Pereira Rodrigues, Dora Maria Rodrigues da Fonseca Vicente, Vítor Manuel Rodrigues Paulo, Sónia Maria dos Reis Conceição Exposto, Marta Luísa da Costa Rodrigues Santos, João Paulo Alves Seixas, Bernardo Manuel Taveira Xavier, Manuel Varanda Pinto Rodrigues;-----

Do grupo municipal da Iniciativa Liberal: Gonçalo Costa Almeida e Hugo Alexandre Oliveira da Silva;-----

Do grupo municipal do Partido Chega: José Alexandre de Carvalho.-----

Ausentes: Carlos Manuel Almeida Loureiro, Paulo Henrique Almeida Loureiro, José Miguel Melo Pereira, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina de Almeida Gomes Azevedo.

3.7-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DE RECRUTAMENTO DE CARGOS DIRIGENTES DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 4.º GRAU – JÚRI - UNIDADE DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE COORDENAÇÃO; UNIDADE DE ALOJAMENTO, CATERING E CANTINAS ESCOLARES, DA DIVISÃO DE JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E DESPORTO; UNIDADE DE DESPORTO E ASSOCIATIVISMO, DA DIVISÃO DE JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E DESPORTO; UNIDADE DE BIBLIOTECAS E ARQUIVO HISTÓRICO, DA DIVISÃO DE CULTURA E PATRIMÓNIO E UNIDADE DE MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS, DA DIVISÃO DE SUSTENTABILIDADE E SERVIÇOS URBANOS;-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta da Câmara Municipal, com o seguinte teor:-----

“Considerando que:-----

– De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 18º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, que determinou a adaptação às autarquias locais do Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro a comissão de serviço dos titulares dos cargos dirigentes cessa, com as necessárias adaptações, nos termos do disposto no artigo 25º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro;-----

– A Assembleia Municipal, na sua sessão 19 de dezembro de 2025, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 10 de dezembro de 2025, aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços e respetivo Organograma dos Serviços, reorganizando a estrutura orgânica, adaptando-a às presentes necessidades do serviço;-----

– Se torna necessário proceder ao preenchimento dos lugares abaixo indicados, previstos no mapa de pessoal da Câmara Municipal de Lamego, aprovado para o ano de 2026;-----

– A Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, introduziu alterações no recrutamento dos cargos dirigentes, nomeadamente quanto à forma de designação e composição do júri;

– O júri do recrutamento é designado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, de acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;-----

– Urge a necessidade de assegurar a direção, programação, organização e coordenação de todas as atividades das seguintes unidades orgânicas de 4.º grau:-----

• Unidade de Modernização Administrativa e Sistemas de Informação, da Divisão Administrativa e de Coordenação;-----

• Unidade de Alojamento, Catering e Cantinas Escolares, da Divisão de Juventude, Educação e Desporto;-----

• Unidade de Desporto e Associativismo, da Divisão de Juventude, Educação e Desporto;-----

• Unidade de Bibliotecas e Arquivo Histórico, da Divisão de Cultura e Património;-----

• Unidade de Manutenção de Edifícios e Equipamentos, da Divisão de Sustentabilidade e Serviços Urbanos.-----

Face ao exposto proponho à Câmara Municipal:-----

– Que, nos termos do n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, seja submetido para designação pela Assembleia Municipal a seguinte proposta de composição dos procedimentos concursais em causa, constituído nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 13º da supracitada Lei, por um presidente designado de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, e 2 vogais, os quais deverão ser designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e

integridade pessoal, cuja atividade tenha sido exercida preferencialmente na área de Recursos Humanos ou da Administração Local Autárquica, a saber:-----

- Chefe de Unidade de Modernização Administrativa e Sistemas de Informação:-----

Presidente: Rosália Sofia Santos Vigia Polaco de Oliveira, Chefe da Divisão Administrativa e de Coordenação;-----

1.º Vogal efetivo: Paulo Sérgio Ferreira Fernandes, Chefe da Divisão de Finanças e Património;-----

2.º Vogal efetivo: Manuel Campos Marques, Chefe da Divisão de Obras Municipais;-----

Vogais suplentes: Mónica Idalina Batista Saavedra Cardoso Carreira, Chefe da Unidade de Recursos Humanos e Maria Madalena Marques Pinto, Chefe da Divisão de Investimentos Municipais.-----

- Chefe de Unidade de Alojamento, Catering e Cantinas Escolares:-----

Presidente: Tânia Isabel da Cruz Pereira Jerónimo, Chefe da Divisão de Educação, Juventude e Desporto;-----

1.º Vogal efetivo: Fernando Jorge de Lima Ribeiro, Chefe da Divisão da Cultura e Património;-----

2.º Vogal efetivo: Maria Madalena Marques Pinto, Chefe da Divisão de Investimentos Municipais;-----

Vogais suplentes: Mónica Idalina Batista Saavedra Cardoso Carreira, Chefe da Unidade de Recursos Humanos e Hélder João Pereira dos Santos, Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Serviços Urbanos.-----

- Chefe de Unidade de Desporto e Associativismo:-----

Presidente: Tânia Isabel da Cruz Pereira Jerónimo, Chefe da Divisão de Educação, Juventude e Desporto;-----

1.º Vogal efetivo: Manuel Campos Marques, Chefe da Divisão de Obras Municipais;-----

2.º Vogal efetivo: Hélder João Pereira dos Santos, Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Serviços Urbanos;-----

Vogais suplentes: Mónica Idalina Batista Saavedra Cardoso Carreira, Chefe da Unidade de Recursos Humanos e Paulo Sérgio Ferreira Fernandes, Chefe da Divisão de Finanças e Património.-----

- Chefe de Unidade de Bibliotecas e Arquivo Histórico:-----

Presidente: Fernando Jorge de Lima Ribeiro, Chefe da Divisão da Cultura e Património;-----

1.º Vogal efetivo: Maria do Céu Pinto Ferreira Coelho D' Almeida, Chefe da Unidade de Ação Social;-----

2.º Vogal efetivo: Carla Sofia Pinto Botelho, Chefe da Divisão de Estratégia e Fundos Estruturais;-----

Vogais suplentes: Mónica Idalina Batista Saavedra Cardoso Carreira, Chefe da Unidade de Recursos Humanos e Paulo Sérgio Ferreira Fernandes, Chefe da Divisão de Finanças e Património.-----

- Chefe de Unidade de Manutenção de Edifícios e Equipamentos:-----

Presidente: Hélder João Pereira dos Santos, Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Serviços Urbanos;-----

1.º Vogal efetivo: Ana Isabel Almeida Ferreira Pinto, Chefe da Unidade de Serviços Urbanos;

2.º Vogal efetivo: Maria Madalena Marques Pinto, Chefe da Divisão de Investimentos Municipais;-----

Vogais suplentes: Mónica Idalina Batista Saavedra Cardoso Carreira, Chefe da Unidade de Recursos Humanos e Maria do Céu Pinto Ferreira Coelho D' Almeida, Chefe da Unidade de Ação Social.-----

Todos os membros do júri pertencem ao mapa de pessoal da Câmara Municipal de Lamego. Que para todos os procedimentos seja designado o 1.º vogal efetivo para substituir o presidente do júri, nas suas faltas ou impedimentos.-----

Que para os cargos dirigentes para as supramencionadas unidades orgânicas de 4.º grau, seja fixada a remuneração ilíquida correspondente à 4.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior.”-----

Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que em relação a este ponto (3.7) o seguinte:-----

“Efetivamente vamos fazer a votação por voto secreto, vamos apresentar e fazer a chamada de cada um dos membros da Assembleia Municipal, sendo distribuídos cinco boletins de voto, os cinco boletins têm cores diferentes e têm em cabeçalho a unidade a que diz respeito o júri que está descrito no ponto. Todos receberam a informação dos serviços, junto com a convocatória para esta votação, e portanto, neste sentido, acho que estamos esclarecidos.-----

O verde-claro será da Unidade de Coordenação e Sistemas de Informação – Divisão Administrativo e de Coordenação; o amarelo será da Unidade de Alojamento e Catering e Cantinas Escolares - da Divisão de Juventude, Educação e Desporto; o branco será da Unidade de Desporto e Associativismo,- da Divisão de Juventude, Educação e Desporto; o vermelho será da Unidade de Bibliotecas e Arquivo Histórico - da Divisão de Cultura e Património; por fim, o verde mais escuro será da Unidade de Manutenção de Edifícios e Equipamentos - da Divisão de Sustentabilidade e Serviços Urbanos.-----

Assim, peço ao primeiro Secretário da Mesa que faça a chamada e aos serviços que distribuam o bloco dos cinco boletins, para serem votados”. -----

Deliberação: -----

Unidade de Modernização Administrativa e Sistemas de Informação, da Divisão Administrativa e de Coordenação.-----

A proposta foi submetida a sufrágio por escrutínio secreto, no qual votaram trinta e quatro membros da Assembleia Municipal presentes na sessão.-----

Realizado o ato eleitoral verificaram-se vinte e seis votos a favor, quatro votos contra, três votos brancos e um voto nulo.-----

Unidade de Alojamento, Catering e Cantinas Escolares, da Divisão de Juventude, Educação e Desporto.-----

A proposta foi submetida a sufrágio por escrutínio secreto, no qual votaram trinta e quatro membros presentes na sessão-----

Realizado o ato eleitoral verificaram-se vinte e cinco votos a favor, cinco votos contra, três votos brancos e um voto nulo.-----

Unidade de Desporto e Associativismo, da Divisão de Juventude, Educação e Desporto. -----

A proposta foi submetida a sufrágio por escrutínio secreto, no qual votaram os trinta e quatro membros da Assembleia Municipal presentes na sessão.-----

Realizado o ato eleitoral verificaram-se vinte e nove votos a favor, dois votos contra, um voto branco e dois votos nulos.-----

Unidade de Bibliotecas e Arquivo Histórico, da Divisão de Cultura e Património.-----

A proposta foi submetida a sufrágio por escrutínio secreto, no qual votaram os trinta e quatro membros da Assembleia Municipal presentes na sessão.-----

Realizado o ato eleitoral verificaram-se vinte e seis votos a favor, três votos contra, quatro votos brancos e um voto nulo.-----

Unidade de Manutenção de Edifícios e Equipamentos, da Divisão de Sustentabilidade e Serviços Urbanos.-----

A proposta foi submetida a sufrágio por escrutínio secreto, no qual votaram os trinta e quatro membros da Assembleia Municipal presentes na sessão.-----

Realizado o ato eleitoral verificaram-se vinte e seis votos a favor, quatro votos contra, três votos brancos e um voto nulo.-----

3.8-ASSUNTO: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA NOMEACÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAMEGO PARA O QUADRIÉNIO 2025/2029-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta da Câmara Municipal com seguinte teor:-----

“Considerando que é competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a criação do conselho local de educação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

Considerando que é, ainda, da competência da Assembleia Municipal, nos termos propostos pela Câmara Municipal, nomear o Conselho Municipal de Educação, conforme estipulado no artigo 58º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua redação atual, que veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11.º e 31º da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto.-----

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 1º do mencionado decreto-Lei “O presente decreto-lei regula ainda o funcionamento dos conselhos municipais de educação.”-----

Nos termos do disposto no artigo 55º do mencionado Decreto-Lei, “o conselho municipal de educação é uma instância de consulta, que tem por objetivo a nível municipal, analisar e

acompanhar o funcionamento do sistema educativo propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.”-----

O mencionado Decreto-Lei regula, ainda, a composição do Conselho Municipal de Educação, através do artigo 57º, sendo que o presidente da junta de freguesia representante das freguesias do concelho é eleito pela Assembleia Municipal, o que já aconteceu, em sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 27 de novembro de 2025.-----

Os representantes do pessoal docente do ensino básico, do ensino secundário e da educação pré-escolar públicos são eleitos pelos docentes do respetivo grau de ensino e os representantes de cada um dos conselhos pedagógicos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas são eleitos pelos membros do conselho pedagógico. Neste âmbito, foi solicitado junto dos agrupamentos de escolas, a indicação dos representantes do pessoal docente do ensino básico, do ensino secundário e da educação pré-escolar e os representantes de cada um dos conselhos pedagógicos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.-----

Considerando que foram promovidas as diligências necessárias junto das entidades e estruturas com representação no Conselho Municipal de Educação para efeitos de indicação dos respetivos representantes.-----

Considerando que a composição nominal constante do anexo à presente proposta reflete as designações comunicadas ao Município até à presente data, encontrando-se ainda por indicar os representantes das associações de estudantes, dos serviços públicos de saúde, da segurança social e dos serviços públicos da área da juventude e do desporto.-----

Considerando que se revela necessário assegurar, com a maior brevidade, o funcionamento do Conselho Municipal de Educação de Lamego para o quadriénio 2025-2029, sem prejuízo da posterior integração dos representantes que venham a ser designados pelas entidades que ainda não procederam à respetiva indicação.-----

A presente composição nominal do Conselho Municipal de Educação, resultante do contexto atrás descrito, poderá estar sujeita a futuras alterações, originadas por substituições dos atuais representantes que venham a ser efetuadas pelas respetivas estruturas e entidades que compõem o mesmo Conselho, ou pela indicação do representante em falta pelas entidades acima referidas, excetuando os membros que o são por inerência do cargo que ocupam, como é o caso do Presidente da Câmara Municipal, do Presidente da Assembleia Municipal, do Vereador responsável pela Educação e dos Diretores dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, tornando-se necessário que esta situação fique, desde já, autorizada e validada pela Assembleia Municipal.-----

Catarina Gonçalves Ribeiro, Vereadora em regime de tempo inteiro, com competências delegadas pelo Despacho n.º 72/2025, do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, de 5 de novembro de 2025, nas áreas da ação social, juventude, educação e desporto, vem propor que a digníssima Câmara Municipal de Lamego delibere submeter à Assembleia Municipal a nomeação do Conselho Municipal de Educação, nos termos constantes no

anexo à presente proposta e que desta faz parte integrante, bem como, desde já, as substituições dos atuais representantes que venham a ser efetuadas pelas respectivas estruturas e entidades que compõem este mesmo Conselho, ao abrigo do disposto na alínea s) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e no artigo 58º do Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, que veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11º e 31º da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este ponto:-----

“Este ponto trata-se de uma obrigação legal, ser a Assembleia Municipal designar o Conselho Municipal de Educação. Contrariamente ao entendimento do pelouro da Educação, eu entendo que a designação deve ser à entidade e não o representante, posto que, cada entidade, pode em cada reunião do Conselho Municipal indicar um representante distinto.-----

Em todo o caso, havendo dúvidas legais sobre a constituição do Conselho Municipal de Educação, que tem que se pronunciar sobre aspetos muito relevantes da atividade do Município relacionada com a educação, entendemos não correr qualquer risco e proceder à nomeação do Conselho, devendo o mesmo ser adaptado consoante as solicitações de cada entidade em cada sessão da Assembleia Municipal.-----

Nesse sentido proponho que seja aprovada a constituição atual do Conselho Municipal de Educação.-----

Deliberação: A proposta foi submetida a sufrágio por escrutínio secreto, no qual votaram trinta e quatro membros da Assembleia Municipal presentes na sessão.-----

Realizado o ato eleitoral verificaram-se vinte e cinco votos a favor, seis votos contra, três votos brancos.-----

2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não se tendo verificado qualquer intervenção.-----

3.9- ASSUNTO: MINUTA-----

Antes de encerrar os trabalhos e para efeitos de eficácia imediata, o senhor Presidente da Assembleia propôs que sejam aprovadas as minutas desta sessão, nos termos do n.º 4 do artigo 41.º do Regimento da Assembleia Municipal.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

3.10- ASSUNTO: TERMO-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão eram dezasseis horas e quinze minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico, Joaquim Santos Mateus, que a redigiu.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,

O Assistente Técnico,